

EDITAL nº 2/25

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60.882/2025**

Contratação de leiloeiros oficiais para preparação, organização e condução de leilões públicos de veículos para circulação e sucatas inservíveis.

AUTORIDADE COMPETENTE:

Diretora Superintendente: Aline Maicrovicz Martins Duarte - Matrícula nº 1094.31
Portaria nº 80339, de 01 de janeiro de 2025.

Agentes de Contratação / Portaria nº 4285, de 17 de junho de 2025:

Caroline Texdorf Balzzan Bortoli - Matrícula nº 206.31
Fábio Nicoli dos Santos - Matrícula nº 107.31

Endereço Eletrônico (e-mail): credenciamento.foztrans@gmail.com
Telefone nº (45) 2105-9628

HORÁRIO DE EXPEDIENTE:

Dias úteis de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00.

Foz do Iguaçu - PR, *datado e assinado eletronicamente.*



**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O
CREDENCIAMENTO Nº 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60.882/2025**

CONTRATANTE: FozTRANS / UASG 928294
INSTITUTO DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE FOZ DO IGUAÇU

OBJETO: Contratação de leiloeiros oficiais para preparação, organização e condução de leilões públicos de veículos para circulação e sucatas inservíveis.

A documentação exigida neste edital e seus anexos para fins de credenciamento deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico ao endereço: credenciamento.foztrans@gmail.com, procedimento que também se aplica aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações relacionadas ao processo.

O Chamamento ficará aberto para credenciamento dos interessados, a qualquer tempo, de novos interessados que preencham os requisitos exigidos para o credenciamento, enquanto houver interesse da administração Municipal e necessidade de contratação dos serviços credenciados.

Os trabalhos serão conduzidos por qualquer Agente de Contratação oficialmente designado(a) por meio da Portaria nº 4285 de 17 de junho de 2025, tendo como responsabilidade avaliar e verificar a documentação apresentada pelos interessados no processo.



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



SUMÁRIO DO EDITAL:

1. DO OBJETO	4
2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO	4
3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.....	6
4. DA HABILITAÇÃO	8
5. DOS RECURSOS.....	10
6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	12
7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS	16
9. DO CREDENCIAMENTO, DO TERMO DE CONTRATO E, DO PREÇO	16
10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS	18
11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO	19
12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL	20
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20

ANEXOS E MODELOS:

- ANEXO I (A) Termo de Referência; (B) Estudo Técnico Preliminar;
disponíveis separadamente em arquivos digitais (.pdf)
- ANEXO II Minuta de Termo de Contrato;
disponível separadamente em arquivo digital (.pdf)
- MODELO I Requerimento de Credenciamento;
Disponível(is) na sequência do Anexo II e separadamente em arquivo(s) digital(is) editável(is)
- ANEXO III Planilha(s) do Excel habilitada(s) para macros [SORTEIO ***.XLsm].



CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

Processo Administrativo nº 60.882/2025

Torna-se público que o **FOZTRANS - Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu**, na condição de órgão credenciante, inscrito no CNPJ sob nº 02.345.707/0001-65, através da Diretoria Administrativa e Financeira, Divisão de Licitações e Contratações, sediada na Rua Edgard Schimmelpfeng, 43, Centro Cívico, Foz do Iguaçu - PR - CEP 85863-900, por intermédio da Excelentíssima Diretora Superintendente, Sra. Aline Maicrovicz Martins Duarte, tendo em vista o conteúdo do Processo Administrativo nº 60.882/2025, realizará **CREDENCIAMENTO** de interessados, na forma ELETRÔNICA, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, Decreto Municipal nº 32.398/2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente procedimento é chamamento público para o credenciamento de pessoas físicas para a **contratação de leiloeiros oficiais para preparação, organização e condução de leilões públicos de veículos para circulação e sucatas inservíveis**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. O Credenciamento será global com item único de serviço de leiloeiro oficial, conforme Termo de Referência (Anexo I).
- 1.3. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do artigo 205, inciso I, do Decreto Municipal nº 32.398/2024:
I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
- 1.4. O credenciamento não obriga a Administração Pública a contratar.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

- 2.1. Poderão participar deste credenciamento as **PESSOAS FÍSICAS** interessadas que estejam devidamente habilitadas como leiloeiro oficial no estado do Paraná e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras);
 - 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF:
Link: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-se-como-fornecedor-da-administracao-publica>.
- 2.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros o requerimento de credenciamento sua documentação de habilitação, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;



08ea1565-dea5-4ac5-8856-e1c47ccdbd92

- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e **mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação**, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;
- 2.3.1. Para maior celeridade do processo de contratação recomenda-se aos interessados que **mantenham sempre atualizados e em situação regular no SICAF os seus dados**, documentos, registros, certidões e atestados em todos os níveis de cadastramento:
- Nível I – Credenciamento;
 - Nível II – Habilitação Jurídica;
 - Nível III – Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal;
 - Nível IV – Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal;
 - Nível V – Qualificação Técnica e;
 - Nível VI – Qualificação Econômico-Financeira.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;
- 2.5. Não poderão se credenciar:
- 2.5.1. Pessoa jurídica;
- 2.5.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- 2.5.3. Pessoa física suspensa temporariamente de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Foz do Iguaçu ou com o órgão, nos termos do artigo 156, III, da Lei Federal nº 14.133/2021, durante o prazo da sanção aplicada;
- 2.5.4. Pessoa física impedida de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu - PR ou com o órgão credenciante, nos termos do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, durante o prazo da sanção aplicada;
- 2.5.5. Pessoa física declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 2.5.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Município de Foz do Iguaçu, com o órgão contratante ou com agente público que desempenhe função no credenciamento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.5.7. Pessoa física que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



- 2.5.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme **§1º do artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- 2.6. Para verificação dos impedimentos serão consultados os seguintes portais:
- a) SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
 - b) Consulta no cadastro de restrições ao direito de contratar com Administração Pública do TCE-PR - Tribunal de Contas do Estado do Paraná:
[<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Municipal/AIL/ConsultarImpedidos.aspx>]; e
 - c) Consulta no CADIN - PR: Cadastro Informativo do Estado do Paraná:
[<https://www.cadin.pr.gov.br/Pagina/Estou-Inscrito>].
- 2.6.1. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CPF do interessado;
- 2.6.2. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei Federal nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do interessado;
[<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>]
- 2.6.3. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte do interessado apontado no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- 2.6.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- 2.6.5. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação;
- 2.6.6. Constatada a existência de sanção, o interessado será reputado inabilitado, por falta de condição do prosseguimento do seu credenciamento.
- 2.7. A vedação de que trata o item 2.5.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR

- 3.1. Os interessados deverão **estar cadastrados no SICAF** e encaminhar ao **endereço eletrônico (e-mail) credenciamento.foztrans@gmail.com**, o requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços e declarações, com as seguintes informações:
- 3.1.1. Conforme Modelo I:
- 3.1.1.1. Descrição detalhada do objeto;



3.1.1.2. Atestar o cumprimento dos requisitos de habilitação para a execução do objeto deste processo de credenciamento.

- 3.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado;
- 3.3. Na comissão do leiloeiro estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 3.4. A apresentação do requerimento de participação, que expressa o interesse no credenciamento, implica a aceitação plena e incondicional de todas as cláusulas e condições estabelecidas no Edital e em seus anexos. Com a efetivação do seu credenciamento, o interessado, compromete-se formalmente a executar o objeto em estrita observância às especificações e ao preço previamente fixado, assegurando a disponibilização, quando solicitado, de todos os recursos indispensáveis à perfeita execução contratual no município de Foz do Iguaçu - PR, tais como, mas não se limitando a, funcionários devidamente qualificados, veículos, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, em quantidades e qualidades adequadas para garantir a excelência na prestação do serviço, e comprometendo-se, ainda, a efetuar a substituição desses elementos sempre que requisitado pela Administração;
- 3.5. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:
- 3.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a comissão do leiloeiro fixado neste processo compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.5.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal](#);
- 3.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 3.5.5. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação e credenciamento, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.5.6. Recebeu todos os documentos e informações, sendo orientado acerca de todas as regras, direitos e obrigações previstas neste Edital/Anexos de Credenciamento, acatando-as em sua totalidade;



- 3.5.7. Tem conhecimento da forma de credenciamento e convocação para a execução do objeto, bem como da forma e condições do recebimento da comissão do leiloeiro.
- 3.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar condenação dos agentes públicos responsáveis e da pessoa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato;
- 3.7. A falsidade das declarações de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#), e neste Edital;
- 3.8. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DA HABILITAÇÃO

- 4.1. Os documentos previstos no Termo de Referência (Anexo I), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de executar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos **artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021**;
- 4.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 4.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia;
- 4.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021;
- 4.4. Será verificado se o interessado apresentou no requerimento (Modelo I), sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas;
- 4.5. O interessado deverá apresentar no requerimento, sob pena de inabilitação, declaração de que a comissão do leiloeiro, fixada no processo, compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação;
- 4.6. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 4.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais *não-digitais* quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a Lei expressamente o exigir.



- 4.7. **É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,** devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;
- 4.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.8. A verificação pelo(a) Agente de Contratação, em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;
- 4.8.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados ao endereço eletrônico credenciamento.foztrans@gmail.com até a conclusão da fase de habilitação.
- 4.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 4.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado;
- 4.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado.
- 4.10. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica;
- 4.11. Constatada a falta ou irregularidade na documentação apresentada, haverá comunicação através do envio de mensagem ao endereço eletrônico (*e-mail*) da pessoa física interessada, que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularizar as pendências. Caso não supridas as irregularidades no prazo estipulado, a pessoa física terá seu Requerimento de Credenciamento indeferimento, sem prejuízo de, posteriormente, pleitear novo credenciamento, desde que sanadas as inconformidades que ensejaram o indeferimento.
- 4.12. **DA APRECIÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO:**
- 4.12.1. O Edital de Credenciamento permanecerá aberto e disponível para que qualquer interessado possa solicitar o credenciamento durante a o prazo de sua vigência, incluídas as republicações;
- 4.12.2. O recebimento dos requerimentos através do endereço eletrônico (*e-mail*) credenciamento.foztrans@gmail.com, será feito pelo(a) Agente de Contratação, que analisará a documentação apresentada pelos interessados;
- 4.12.2.1. **Caso o Edital de Credenciamento não possua prazo máximo de vigência, permanecendo continuamente aberto, ou caso esse prazo for superior a 90 (noventa) dias,** o(a) Agente de Contratação analisará os requerimentos e documentos apresentados inicialmente nos **15 (quinze) dias contados da data de início de vigência do Edital publicada no Diário Oficial do Município** (www.pmfi.pr.gov.br), visando assim obter um primeiro grupo com número suficiente e aceito de credenciados pela Administração.



4.12.2.1.1. Após esse prazo inicial novos requerimentos de outros interessados podem ser recebidos a qualquer tempo, mas apenas serão analisados no início de cada quadrimestre do exercício financeiro, salvo se, por motivo justificado, a Administração necessitar antecipar a análise para a contratação de novos credenciados.

- 4.12.3. **O prazo para finalização da análise dos requerimentos e documentos por parte do(a) Agente de Contratação será o que for necessário, a depender do volume e do momento da apresentação dos requerimentos, além da eventual necessidade de abertura de diligência ou de qualquer fato superveniente;**
- 4.12.4. Os documentos de habilitação poderão ser consultados pelo(a) Agente de Contratação no SICAF e demais *sites* oficiais;
- 4.12.5. O(A) Agente de Contratação fará a análise do requerimento apresentado, da habilitação jurídica, da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação técnica e econômico-financeira do interessado;
- 4.12.6. Após a análise do requerimento e dos documentos, o(a) Agente de Contratação publicará o resultado do julgamento, informando a habilitação dos interessados que atenderem às disposições do Edital/Anexos e, o indeferimento dos requerimentos dos interessados que não atenderem às condições do credenciamento;
- 4.12.7. O resultado será publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu - PR;
- 4.12.8. Em relação aos interessados habilitados o(a) Agente de Contratação encaminhará através de processo de inexigibilidade de licitação (*art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021*) a documentação, juntamente com o relatório do agente e a minuta do Contrato, à autoridade competente, para prévia autorização e encaminhamento para emissão de parecer jurídico e demais providências necessárias às assinaturas dos instrumentos contratuais;
- 4.12.9. Em caso de indeferimento do credenciamento, o resultado será publicado no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu - PR, para que os interessados, querendo, interponham recurso, conforme previsto no Capítulo 5 deste Edital;
- 4.12.10. A apresentação do Requerimento de Credenciamento vincula o interessado, sujeitando-o integralmente às condições deste Edital e seus anexos;
- 4.12.11. Havendo mais de um interessado, serão credenciados todos que atendam aos requisitos do Termo de Referência e Edital e, **durante a execução contratual**, será feita distribuição igualitária da execução dos serviços entre os credenciados;

4.13. **Quanto à Inaplicabilidade dos Benefícios Competitivos da LC nº 123/2006:**

- 4.13.1. Considerando que o presente credenciamento destina-se exclusivamente à contratação de pessoas físicas devidamente habilitadas como leiloeiros oficiais, nos termos das normas que regem esta profissão específica, torna-se inaplicável a concessão dos benefícios competitivos previstos na Lei Complementar nº 123/2006. Tal legislação é direcionada às microempresas e empresas de pequeno porte, categorias que não abrangem os profissionais autônomos que desempenham a função de leiloeiros oficiais, regulamentada por legislação própria. Portanto, o processo de credenciamento observará exclusivamente os critérios estabelecidos neste edital e as disposições legais pertinentes à atividade de leiloeiro oficial;

5. DOS RECURSOS

- 5.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no **artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021**;
- 5.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão;
- 5.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:
- 5.3.1. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 03 (três) dias úteis, sob pena de preclusão;
- 5.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.
- 5.4. Os recursos deverão ser encaminhados através do envio de mensagem ao endereço eletrônico (*e-mail*) **credenciamento.foztrans@gmail.com**;
- 5.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;
- 5.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos;
- 5.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais interessados será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;
- 5.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;
- 5.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 5.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal da Transparência do Município de Foz do Iguaçu – PR:
(<http://www2.pmfi.pr.gov.br/giig/portais/portaldatransparencia/licitacoes/wfrmLicitacoes.aspx>).



- 5.11. Todas as decisões serão publicadas no Portal da Transparência do Município de Foz do Iguaçu – PR. Os participantes são responsáveis pelo acompanhamento das publicações, ficando a Administração Pública isenta de quaisquer responsabilidades por perda de prazo.

6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 6.1. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos interessados e/ou credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 6.1.1. Advertência;
 - 6.1.2. Multa;
 - 6.1.3. Impedimento de licitar e contratar; e
 - 6.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 6.2. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 6.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 6.2.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 6.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 6.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 6.2.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.3. As sanções previstas no caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste Capítulo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, inclusive cumulando com multa, quando a interessado ou a contratada:
- 6.3.1. Der causa à inexecução parcial do contrato ou descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração à lei quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave: Penalidade de advertência;
 - 6.3.2. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, devidamente demonstrado no processo administrativo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
 - 6.3.3. Dar causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;



- 6.3.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu pelo período de 30 (trinta) dias;
- 6.3.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu pelo período de 6 (seis) meses;
- 6.3.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu pelo período de 6 (seis) meses;
- 6.3.7. Ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu pelo período de 6 (seis) meses;
- 6.3.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato ou comportar-se de modo inidôneo: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- 6.3.9. Fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;
- 6.3.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;
- 6.3.11. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 60 (sessenta) meses.
- 6.4. Considera-se a conduta do item 6.3.1 para fins de pequena relevância, o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente execução do contrato, bem como não causem prejuízos à administração;
- 6.5. Considera-se a conduta do item 6.3.2 como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada;
- 6.6. Constituem comportamentos que serão enquadrados no item 6.3.4 sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer do credenciamento ou da execução contratual:
 - 6.6.1. Deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
 - 6.6.2. Entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
 - 6.6.3. Fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;



- 6.6.4. Deixar de entregar documentação complementar exigida pelo(a) Agente de Contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de credenciamento.
- 6.7. Constituem comportamentos que serão enquadrados no item 6.3.5 sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer do credenciamento ou da execução contratual:
- 6.7.1. Deixar de atender a convocações do(a) Agente de Contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- 6.7.2. Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo(a) Agente de Contratação;
- 6.7.3. Abandonar o certame;
- 6.7.4. Solicitar sem justo motivo a desclassificação após a abertura da sessão do certame.
- 6.8. Considera-se a conduta do item 6.3.7 como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais;
- 6.9. Considera-se a conduta do item 6.3.9 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos do Município de Foz do Iguaçu, com exceção da conduta disposta no item 6.3.8;
- 6.10. Considera-se a conduta do item 6.3.10 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer do credenciamento ou da execução contratual;
- 6.11. Em conjunto com as sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, capituladas nos itens 6.1.1 a 6.1.4 deste Edital, a Autoridade Competente poderá:
- 6.11.1. Aplicar multa compensatória (punitiva) entre 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;
- 6.11.2. Determinar a rescisão unilateral, nas hipóteses legalmente previstas.
- 6.12. Será aplicada multa moratória, nos casos de atraso na execução, e multa compensatória, nas hipóteses de inexecução contratual, vedada a cumulação de multa moratória e compensatória sobre o mesmo fato gerador;
- 6.12.1. A multa moratória será calculada considerando-se os seguintes percentuais:
- 6.12.1.1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 6.12.1.2. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 6.13. Nos casos de atraso, a prorrogação do prazo de execução somente será realizada se a Administração Municipal concordar com a sua concessão de prorrogação do prazo de



execução, sendo vedada a multa moratória nos casos em que houver a referida concessão, desde que respeitado o prazo concedido;

- 6.13.1. Somente será admitida a retenção de valores de parcela adimplida para pagamento de multa após o trânsito em julgado do processo administrativo, limitada ao valor da multa devida;
- 6.13.2. O pedido de prorrogação de prazo de execução apresentado depois do prazo de execução não purga a mora que já está constituída, assim como não afasta o dever de o contratado cumprir com as suas obrigações contratuais até a extinção do contrato.
- 6.14. Nos contratos por escopo fracionados em etapas com cronograma físico-financeiro, será aplicada multa moratória em todas as etapas que forem entregues em atraso, sejam elas utilizáveis ou não, respeitado o processo sancionatório;
 - 6.14.1. Para fins do disposto no caput deste artigo, serão consideradas:
 - 6.14.1.1. Etapa utilizável: a etapa do cronograma que, após concluída, já é passível de utilização pela Administração Municipal, independentemente da conclusão das etapas subsequentes do contrato; e
 - 6.14.1.2. Etapa não utilizável: a etapa do cronograma que, mesmo quando concluída, não possibilita a sua utilização pela Administração Municipal, pois ainda depende da execução de etapas futuras para serem transformadas em etapas utilizáveis.
 - 6.14.2. Nos casos de etapas não utilizáveis que tiverem sido objeto de multa, a multa será devolvida ao contratado, caso nas etapas subsequentes, antes de concluir a etapa utilizável do contrato, o contratado recupere o atraso, alcançando o prazo inicialmente estabelecido pelo cronograma.
- 6.15. A desconsideração da personalidade jurídica, para os fins deste Edital, poderá ser direta ou indireta;
 - 6.15.1. A desconsideração direta da personalidade jurídica implicará aplicação de sanção diretamente em relação aos sócios ou administradores de pessoas jurídicas interessados ou contratadas;
 - 6.15.2. A desconsideração indireta da personalidade se dará, no processo do credenciamento ou da contratação direta, no caso de verificação de ocorrência impeditiva indireta.
- 6.16. O processo administrativo de desconsideração da personalidade jurídica seguirá as regras dispostas no Decreto Municipal nº 32.398/2024;
- 6.17. Os critérios de dosimetria das sanções, a instauração e instrução do Processo Administrativo Sancionatório e a consensualidade em matéria sancionatória serão regulados de acordo com as disposições do Decreto Municipal nº 32.398/2024;



- 6.18. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Foztrans - Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu;
- 6.19. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos interessados, as notificações serão enviadas eletronicamente ao endereço eletrônico (*e-mail*) indicado no Requerimento de Credenciamento:
- 6.19.1. O endereço eletrônico (*e-mail*) indicado no Requerimento de Credenciamento será considerado como válido e de uso contínuo dos interessados, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas;
- 6.19.1.1. Recomenda-se que sejam consultadas de forma contínua as caixas de *spam* e da lixeira, pois existem servidores que são programados para o envio automático a essas caixas quando do recebimento de mensagens provenientes de endereços eletrônicos (*e-mails*) desconhecidos.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para esclarecimento sobre seus termos enquanto este permanecer em vigor;
- 7.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados através do envio de mensagens ao endereço eletrônico (*e-mail*) credenciamento.foztrans@gmail.com;
- 7.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será encaminhado através do envio de mensagem ao endereço eletrônico (*e-mail*) do interessado e divulgado no Portal da Transparência do Município de Foz do Iguaçu - PR, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido:
[\[http://www2.pmfi.pr.gov.br/giig/portais/portaldatransparencia/licitacoes/wfrmllicitacoes.aspx\]](http://www2.pmfi.pr.gov.br/giig/portais/portaldatransparencia/licitacoes/wfrmllicitacoes.aspx)
- 7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;
- 7.5. Acolhida a impugnação, o Edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, Portal da Transparência e no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu - PR.

8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

- 8.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no Edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no Portal da Transparência e no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu - PR.

9. DO CREDENCIAMENTO, DO TERMO DE CONTRATO E, DO PREÇO

- 9.1. Após divulgação da lista de credenciados devidamente habilitados, e havendo necessidade da Administração, esta poderá convocar o Credenciado, mediante Inexigibilidade de Licitação (artigo 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021), para



assinatura do instrumento contratual, cuja minuta consta no Anexo II (artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/2021);

- 9.2. A administração poderá convocar o Credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e no edital de credenciamento;
- 9.3. O Credenciado sujeitar-se-á à gestão e fiscalização por servidores públicos designados pela Autoridade Competente, encarregados do acompanhamento e da execução do objeto contratado;
- 9.4. A ação ou omissão, total ou parcial, da gestão e fiscalização não eximirá o Credenciado da total responsabilidade pela má execução do objeto contratado.
- 9.5. Quaisquer exigências da gestão/fiscalização, inerentes ao objeto do presente Edital e anexos, deverão ser prontamente atendidas pelo Credenciado, sem qualquer ônus para a Administração;
- 9.6. O Contrato subordina-se à minuta constante do Anexo II deste Edital;
- 9.7. A assinatura do instrumento contratual somente será efetuada com certificado digital emitida por autoridade credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, nos termos da legislação vigente;
- 9.8. A pessoa física a ser contratada deverá, previamente, efetuar seu cadastro, no Portal Público Municipal para que seja possível a efetivação de assinatura digital do termo contratual: [<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Registrar>].
- 9.9. As condições de fornecimento ou de execução do objeto constam no Termo de Referência (Anexo I), assim como constarão do Contrato Administrativo a ser assinado pelas partes, conforme Minuta constante do Anexo II;
- 9.10. O credenciamento decorrente deste edital tem natureza de contratação sob demanda, sendo sua efetivação condicionada às necessidades e conveniência do Foztrans. Não haverá, em qualquer hipótese, obrigação por parte da Administração Pública de realizar contratações ou de garantir a prestação mínima de serviços pelos credenciados;
- 9.11. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo Credenciado, após convocação pela Administração, será de 05 (cinco) dias úteis;
- 9.12. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do Credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração;
- 9.13. Previamente à contratação, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF, TCE-PR, Cadin-PR e CNEP para identificar possível impedimento de licitar e contratar;
- 9.14. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência (Anexo I);
- 9.15. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;



- 9.16. Qualquer alteração do Contrato, somente será admitida mediante justificativa prévia, devidamente aprovada pela Autoridade Competente, e por meio de termo aditivo próprio;
- 9.17. Sendo do interesse do Órgão Credenciante, o Credenciado será notificado para, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência do Contrato, apresentar, se for o caso, sua manifestação de interesse da prorrogação juntamente a comprovação das condições iniciais de habilitação dentre outras exigências contidas no termo de contrato, para a elaboração de aditivo de prorrogação;
- 9.18. Os contratos individuais celebrados com os leiloeiros oficiais credenciados terão vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, desde que não ultrapassem, em hipótese alguma, o prazo final de vigência do credenciamento;
- 9.19. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;
- 9.20. O percentual correspondente à comissão do leiloeiro sobre os veículos e sucatas arrematados será aquele especificado no Termo de Referência (Anexo I).

10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS

- 10.1. Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda:
- 10.2. A ordem de contratação dos credenciados será definida com base no critério de rodízio, observando-se os seguintes procedimentos:
 - 10.2.1. As solicitações de fornecimento ou de prestação de serviços serão distribuídas de forma sequencial e alternada entre os credenciados, respeitando a ordem de sorteio, desde que atendidas todas as condições de habilitação exigidas neste processo, seja por consulta do(a) Agente de Contratação ao SICAF e/ou em outros sites oficiais ou, pelo envio da documentação ao endereço eletrônico anteriormente indicado;
 - 10.2.2. No caso de impossibilidade de atendimento por parte do credenciado inicialmente designado, será convocado o próximo na sequência, até que o fornecimento ou serviço seja devidamente atendido;
 - 10.2.3. O rodízio será reiniciado após o atendimento de todos os credenciados;
 - 10.2.4. O controle do rodízio, da execução contratual e a garantia da isonomia na distribuição das demandas serão de responsabilidade do Órgão Credenciante, através da gestão e fiscalização contratual, que deverão manter registros atualizados sobre as designações e atendimentos realizados.
- 10.3. DOS SORTEIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DOS CREDENCIADOS:
 - 10.3.1. O(a) agente de contratação utilizará a planilha do Excel habilitada para macros [SORTEIO ***.XLSm] para a efetivação do sorteio, cuja data e horário serão



previamente agendados e publicados no Portal da Transparência do Município, e a gravação da tela do sorteio será disponibilizada posteriormente;

10.3.1.1. O arquivo do sorteio foi disponibilizado, no âmbito do processo, aos interessados para fins de ciência e verificação; contudo, seu uso efetivo e oficial é exclusivo do(a) Agente de Contratação;

10.3.1.2. Para testar o arquivo, que é uma planilha do Excel com macro (ferramenta automatizada), pode ser necessário seguir as etapas: fora de qualquer compactação (ex.: .ZIP, .RAR, etc), clique com o botão direito no arquivo (.XLSm), selecione "Propriedades", na aba "Geral", marque a caixa "Desbloquear", clique em "Aplicar" e em "OK". Em seguida, abra o arquivo e clique em "Habilitar Conteúdo" para garantir seu funcionamento correto. O acesso ao código de programação da macro no Excel pode ser realizado utilizando o atalho [Alt] + [F11].

10.3.2. Esta planilha contém: 1) dados do processo e do item; 2) a coluna "A", na qual o agente inserirá, em ordem alfabética, os nomes de todas as pessoas que manifestaram interesse e se encontram devidamente habilitadas, sendo que os exemplos genéricos constantes do arquivo anexo serão substituídos; 3) o botão [SORTEAR], que, quando acionado, embaralha os nomes das pessoas e os aloca na coluna "C"; 4) a coluna "C", onde são disponibilizados os nomes das pessoas devidamente embaralhados, constituindo o resultado final da classificação gerada pelo sorteio; e 5) a coluna "D", que apresenta a ordem sequencial das pessoas sorteadas na coluna "C".

11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

- 11.1. O Edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração;
- 11.2. Na hipótese de anulação do Edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos artigos 147 ao 150 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 11.3. A revogação do Edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram;
- 11.4. A Administração poderá, a qualquer tempo, promover o descredenciamento por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, desde que importem em comprometimento da capacidade jurídica, técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou, ainda, que venha a interferir no padrão ético e/ou operacional dos serviços contratados, sem que haja lugar a qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso ao Credenciado, seja a que título for;



11.4.1. Será também realizado o descredenciamento quando houver:

- 11.4.1.1. Nos termos do §1º do artigo 206 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, o Credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação, por escrito, ao órgão ou entidade promotora do procedimento;
- 11.4.1.2. Perda das condições de habilitação do Credenciado;
- 11.4.1.3. Descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- 11.4.1.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

- 11.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1.1 não desincumbe o Credenciado do cumprimento dos contratos eventualmente assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo, em casos de irregularidade na execução do objeto, a aplicação das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 11.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.1.2 e 11.4.1.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.
- 11.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação;
- 11.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Autoridade Competente do Órgão Credenciante, não será rescindido o contrato em execução com o profissional que estiver irregular.

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

- 12.1. O Chamamento ficará aberto para credenciamento dos interessados, a qualquer tempo, de novos interessados que preencham os requisitos exigidos para o credenciamento, enquanto houver interesse da administração Municipal e necessidade de contratação dos serviços credenciados.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. O Instrumento de credenciamento obedecerá às disposições deste Edital e seus anexos, às normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, aos princípios gerais da Administração Pública e, no que couber, a outras normas legais que se figurem aplicáveis;
- 13.2. É facultada ao(à) Agente de Contratação ou à Autoridade Competente, a qualquer momento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a completar a instrução do processo;

- 13.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;
- 13.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;
- 13.5. Os usuários dos serviços credenciados poderão, devidamente fundamentados, denunciar irregularidades em relação ao atendimento prestado pelos credenciados à Administração, por meio do canal da Ouvidoria - Geral ou Canal de Denúncias, disponível no Portal do Município [www.pmfi.pr.gov.br];
- 13.6. Conforme aceitação dos usuários dos serviços credenciados e, ainda, por constatação formal da gestão e fiscalização contratual, os credenciados permanecerão ou serão descredenciados, de acordo com critérios de avaliação baseados na qualidade dos itens fornecidos e/ou da prestação dos serviços e na confiança dos beneficiários, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- 13.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital;
- 13.8. A Legislação Municipal de Foz do Iguaçu - PR poderá ser consultada através do acesso ao site [<https://leismunicipais.com.br/prefeitura/pr/fozdoiguacu>];
- 13.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município de Foz do Iguaçu - PR: [<http://www2.pmfi.pr.gov.br/giig/portais/portaldatransparencia/licitacoes/wfrmLicitacoes.aspx>]
- 13.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos e modelos:
 - 13.10.1. ANEXO I – (A) Termo de Referência; (B) Estudo Técnico Preliminar;
 - 13.10.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
 - 13.10.3. MODELO I – Requerimento de Credenciamento;
 - 13.10.4. ANEXO III – Planilha do Excel habilitada para macros [SORTEIO***.XLSm].



EDITAL DO CREDENCIAMENTO Nº 002/2025 - UASG 928294
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60.882/2025

MODELO I

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO	
*Nome Completo: _____	
*Endereço: _____	
*Cidade: _____	*UF: _____
Telefone Fixo: () ____ - ____	* Telefone Móvel (WhatsApp): () ____ - ____
(!) *E-mail: _____ @ _____	Site: _____
* = <i>Informações obrigatórias, sujeito à devolução para complementação/correção, sob pena de indeferimento do Requerimento.</i>	
(!) = <i>Informe um endereço eletrônico (e-mail) válido de uso contínuo, pois se trata do principal meio de comunicação deste processo. Recomenda-se averiguação constante das caixas de spam e da lixeira pois existem servidores que são programados para o envio automático a essas caixas quando do recebimento de mensagens provenientes de endereços eletrônicos (e-mails) desconhecidos.</i>	

O interessado no credenciamento, conforme dados cadastrais acima, vem, por meio do presente manifestar intenção e requerer seu CREDENCIAMENTO para a prestação de serviço de LEILOEIRO OFICIAL para preparação, organização e condução de leilões públicos de veículos para circulação e sucatas inservíveis.

DECLARA, para os devidos fins que:

- esta ciente e concorda com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, reconhecendo que a comissão do leiloeiro determinada neste processo abrange integralmente os custos associados ao cumprimento dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, legislações específicas, normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e Termos de Ajustamento de Conduta vigentes na data de entrega definitiva, bem como declara que cumpre os requisitos de habilitação para a execução do objeto indicado no Edital de Credenciamento e no processo associado, conforme documentação de habilitação disponibilizada no SICAF e/ou anexa a este requerimento/e-mail;
- executará o objeto nos seus termos, bem como assegura a disponibilização, quando solicitado, de todos os recursos indispensáveis à perfeita execução contratual no município de Foz do Iguaçu - PR, tais como, mas não se limitando a, funcionários devidamente qualificados, veículos, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, em quantidades e qualidades adequadas para garantir a excelência na prestação do serviço, e comprometendo-

- se, ainda, a efetuar a substituição desses elementos sempre que requisitado pela Administração;
- III. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
 - IV. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal](#);
 - V. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas;
 - VI. inexistem fatos impeditivos para sua habilitação e credenciamento, até a presente data, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - VII. recebeu todos os documentos e informações, sendo orientado acerca de todas as regras, direitos e obrigações previstas neste Edital/Anexos de Credenciamento, acatando-as em sua totalidade;
 - VIII. tem conhecimento da legislação pertinente vigente, bem como da forma de credenciamento e convocação para a execução do objeto e, das formas e condições de pagamento.

DECLARA ainda, sob as penalidades legais previstas no artigo 299 do Código Penal, que a integralidade das informações fornecidas neste requerimento corresponde fielmente à verdade, assumindo total responsabilidade pela veracidade e autenticidade de todos os dados e declarações apresentados.

Foz do Iguaçu - PR, __ de _____ de 2025.

(assinatura)
Nome Completo



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **EDITAL**

Número: **2/2025**

Assunto: **PROCESSO Nº 60.882/2025 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2025 - LEILOEIROS OFICIAIS**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=08ea1565-dea5-4ac5-8856-e1c47ccdbd92>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:

08ea1565-dea5-4ac5-8856-e1c47ccdbd92

Hash do Documento

28A2A45FF27CC824B106ACFFC118CD249078A0C6D19B98C6D75F0C8037AE47CA

Anexos

ANEXO I - (A) TERMO DE REFERÊNCIA - PROCESSO 60.882-2025.pdf - **24242bf9-0aaf-4d46-a335-cbd2d3587558**

ANEXO I - (B) ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - PROCESSO 60.882-2025.pdf -

1f83bbce-8a67-4360-8565-a32d47ae598d

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO - PROCESSO 60.882-2025.pdf - **c214ec50-7fb5-41d9-ae5c-25f264fa2b6c**

MODELO I - REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO - PROCESSO 60.882-2025..docx -

f32cbe60-d77c-4434-821f-284f05ddcb80

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002-2025 - PROCESSO 60.882-2025.pdf -

56a0c0e6-34db-4b44-bed0-a988e2d91024

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/09/2025 é(são) :

Felipe Rimolo Cosendey (Signatário) - CPF: ***05786831** em 01/09/2025 11:50:11 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

ALINE MAICROVICZ MARTINS DUARTE (Signatário) - CPF: ***48264974** em 02/09/2025 15:23:49

- **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 32.398/2024

Processo Administrativo nº 60.882/2025

Equipe de Planejamento da Contratação – Portaria nº 4337/2025 - Diário Oficial nº 5285.

Kelly Cristina Moraes Martins de Paula.

Agente de Trânsito e Transporte – Sênior

Matrícula – 200.31

Franciane Duarte Lewrentz

Agente de Trânsito e Transporte – Sênior

Matrícula – 198.31

Ciência do(a) Diretor(a) da Pasta.

Luiz Borella

Diretor Trânsito e Sistema Viário.



TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 32.398/2024

Processo Administrativo nº 60.882/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente CREDENCIAMENTO tem como objeto a contratação de pessoa física, registrada como Leiloeiro Oficial junto à Junta Comercial do Estado do Paraná, para prestação de serviços de organização, divulgação e condução de leilões públicos preferencialmente eletrônicos ou híbrido de veículos retidos, removidos, sucatas, abandonados e inservíveis sob a responsabilidade do FOZTRANS, a ser remunerado pela comissão de 5% legalmente permitida, nos termos do Decreto nº 21.981/1932 paga pelo arrematante do bem.
- 1.1.1. Por se tratar de credenciamento, procedimento de contratação direta previsto no artigo 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicam-se as regras específicas deste instituto jurídico, que visa habilitar todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos no Edital de Chamamento Público / Credenciamento;
- 1.1.2. O presente credenciamento, por sua natureza jurídica peculiar, não comporta a aplicação das regras de tratamento diferenciado para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) previstas na Lei Complementar nº 123/2006, especificamente;
- 1.1.3. Não se aplica a reserva de cota para ME/EPP, conforme previsto no inciso III do artigo 49 da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que o credenciamento não envolve competição entre os participantes, sendo



habilitadas todas as empresas que preencham os requisitos da habilitação e legais exigidos;

- 1.1.4. A prioridade de contratação para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais (MEI) sediados localmente, prevista no Decreto Municipal nº 30.699, de 26 de setembro de 2022, não é aplicável ao credenciamento, pois não há seleção de propostas ou ordem de classificação entre os participantes, sendo contratados todos os habilitados;
- 1.1.5. Pelos mesmos fundamentos, não se aplicam ao presente credenciamento as margens de preferência para fornecedores da região oeste do Paraná ou do Município de Foz do Iguaçu, uma vez que tais benefícios pressupõem procedimentos competitivos com seleção de propostas, situação incompatível com o instituto do credenciamento, que visa justamente habilitar todos os que atendam aos requisitos estabelecidos, garantindo assim maior amplitude de opções aos serviços municipais.

1.2. Especificações e Quantidades

Item	Produto - Descrição	Tipo de Item	Unidade	Quantidade
01	Credenciamento de Leiloeiros Oficial para preparação, organização e condução de leilões públicos de veículos para circulação e sucatas inservíveis do Foztrans - Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu.	Prestação de serviço	UN	Não há limite mínimo de credenciados

- 1.3. Os serviços objeto desta contratação são de **natureza comum** e de **execução não contínua**, prestados **sob demanda**, ou seja, cada **leilão** constitui um



evento delimitado, com etapas definidas e **término** (prestação de contas). A **vigência contratual** assegura a **disponibilidade** do credenciado para atender às convocações **sempre que houver necessidade administrativa, sem** caracterizar serviço contínuo e **sem** obrigação de demanda mínima. A contratação se dará através de credenciamento de Leiloeiros Oficiais.

- 1.3.1. A execução dar-se-á mediante **ordem de serviço individualizada** emitida pelo FOZTRANS para cada **evento de leilão**, na qual constarão os lotes seguindo os requisitos exigidos na legislação específica de leilão de veículos conforme definidas no Código e Trânsito Brasileiro – CTB e suas resoluções, prazos operacionais e entregáveis sendo este desde o primeiro ato do serviço, até a finalização com a prestação de contas, preservadas as condições padronizadas do credenciamento.
- 1.4. O prazo de vigência do sistema de credenciamento, regido pelo Edital de Chamamento Público, será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua publicação. Durante este período, o chamamento permanecerá aberto para a inscrição de novos interessados que atendam às condições estabelecidas no edital.
 - 1.4.1 **1.4.1.** Os contratos individuais celebrados com os leiloeiros credenciados terão **vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogáveis** por iguais e sucessivos períodos, **limitados** à vigência do credenciamento (item 1.4) e à legislação aplicável. A prorrogação tem por finalidade **assegurar a disponibilidade** do credenciado para atender **ordens de serviço** relativas a **eventos de leilão** (demanda quantidade mínima veículos aptos), **não** implicando a classificação dos serviços como **contínuos**.
 - 1.4.2 Durante o período de vigência da contratação, se houver instauração de procedimento licitatório e subsequente celebração de novo contrato para serviços de leiloeiro objeto desse termo de referência, o presente credenciamento será automaticamente descontinuado, assegurando-se o integral cumprimento de todas as obrigações pendentes até o momento da referida descontinuidade.



- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Não há agrupamento de itens nesta contratação.
- 1.7. Caso o sistema de gestão utilizado pelo FozTRANS/PMFI passe a permitir a celebração de **contrato único** com múltiplos leiloeiros credenciados, essa sistemática será adotada. Caso contrário, será firmado um **termo de adesão contratual individual** para cada leiloeiro credenciado, conforme previsto no edital de chamamento.
 - 1.7.1. O controle da execução e da distribuição será realizado pela Comissão de Leilões e pelos fiscais designados, garantindo que não haja sobreposição de atribuições ou extrapolação dos limites operacionais previstos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O Objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 02345707000165-0-000001/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 17/05/2024
- III) Id do item no PCA: 280
- IV) Classe/Grupo: 859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE
- V) Identificador da Futura Contratação: 928294-194/2025



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. O Leiloeiros Público Oficial contratado atuará nos leilões promovidos pelo FOZTRANS para a venda de veículos, incluindo a preparação, organização e condução, dos leilões de veículos retidos e acautelados pelo FOZTRANS, incluindo ainda veículos próprios;
- 4.1.1. Sem prejuízo das obrigações do Contratante e do Contratado estabelecidas neste Termo de Referência, o serviço do Leiloeiros Público Oficial será solicitado pela Comissão de Leilões, quantas vezes forem necessárias, durante a vigência do Contrato, que também determinará as datas e demais condições para a realização dos leilões;
- 4.1.2. Os serviços deverão ser prestados desde a fase de reunião dos lotes até o encerramento do Leilão, entendido este como sendo a reunião de prestação de contas entre o Contratado e o Contratante;
- 4.1.3. Detectada nova necessidade de alienação de bens, durante o período de vigência contratual, as fases se repetirão;



- 4.1.4. O leiloeiro deverá executar os serviços contratados em imóvel próprio, locado ou indicado pela administração municipal e através de plataforma digital de domínio e registro do Leiloeiro;
- 4.1.5. O Leiloeiro Público Oficial deverá dispor de sistema informatizado para controle das atividades inerentes à venda dos bens, assim como fornecer relatórios gerenciais em cada fase do processo (a exemplo de cadastramento de bens, administração/realização do Leilão oficial, relatório específico dos leilões, prestação de contas sobre a venda do bem, dentre outros).
- 4.1.6. O leiloeiro deverá apresentar Registro e comprovação de existência de plataforma ou sítio eletrônico de seu domínio exclusivo, demonstrando a funcionalidade dela para realização de leilões, assim como relação de leilões já realizados através dessa ferramenta;
- 4.1.7. O leiloeiro deverá possuir site próprio para a divulgação dos leilões realizados pelo contrato a ser firmado. Tal divulgação também deverá ser realizada, às suas expensas, por pelo menos um dos meios apresentados a seguir: mala-direta, faixas, publicação em jornal de grande circulação, folders e/ou panfletos; podendo também ser utilizados outros meios, além destes, desde que sem ônus à Administração.
- 4.1.8. Para a prestação dos serviços, o leiloeiro deverá ter equipe compatível a fim de atender os arrematantes com celeridade e qualidade, quando for o caso;
- 4.1.9. Após a realização de cada leilão, o leiloeiro deverá disponibilizar à Administração, relatório consolidado, contendo, pelo menos, os seguintes dados: data do leilão, número e descrição do lote, valor do lance inicial e de arrematação de cada lote, bem como o valor total alcançado no leilão.



- 4.1.10. O serviço de leiloeiro será solicitado pelo Foztrans – Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu, órgão de trânsito municipal, responsável pela remoção e guarda dos veículos retidos, removidos em decorrência de infração de trânsito, sinistros ou abandono, quantas vezes forem necessárias, durante a vigência do Contrato que também determinará as datas e demais condições para a realização dos leilões durante a vigência contratual.
- 4.1.11. A remuneração do leiloeiro será paga diretamente pelo arrematante;
- 4.1.12. Os leilões deverão ser realizados em total observância das leis e normas vigentes como também com a publicidade necessária;
- 4.1.13. Caberá ainda ao leiloeiro:
- a) Efetuar a venda dos bens (veículos e/ou sucatas, inservíveis, fardo ferroso) disponibilizados para leilão por preços iguais ou superiores aos da avaliação devidamente ratificados pelo Responsável pelo Setor de Leilão ou Comissão de Leilão nomeado por portaria;
 - b) **Prestar apoio técnico especializado à Comissão ou Setor de Leilões do FOZTRANS na avaliação dos bens** (veículos, sucatas e materiais inservíveis), mediante elaboração de laudos descritivos e propostas de valor, os quais deverão ser **ratificados formalmente pelo** Responsável do Setor de Leilão ou Comissão de Leilão nomeado por portaria antes de sua publicação nos editais;
 - c) Prestar todas as informações que se fizerem necessárias Responsável pelo Setor de Leilão ou Comissão de Leilão Do Foztrans no intuito instruir a confecção dos editais da modalidade leilão que serão deflagrados.
 - d) Responsabilizar-se por todas as providências e correspondentes despesas necessárias à realização do leilão, como montagem/desmontagem, serviço de



som, acomodação, bem como toda infraestrutura necessária à realização do evento.

- e) **Colaborar com o Setor de Leilões ou Comissão designada** na organização dos lotes e na coleta de informações descritivas dos bens, **para subsidiar a confecção dos editais** de leilão, cuja **elaboração e responsabilidade legal será exclusiva da Administração** através do Foztrans;
- f) Organizar e/ou auxiliar na organização dos lotes segundo as técnicas de leilão.
- g) Responder pelos eventuais danos causados ao **Foztrans – Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu** e a terceiros, decorrente de culpa ou dolo seus ou de seus prepostos na execução dos serviços contratados, cumprindo-lhe, quando envolvidos terceiros, promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias.

4.1.14. Promover o leilão por meio de plataforma preferencialmente eletrônica ou híbrida, própria ou contratada, que permita a ampla divulgação do edital de leilão, além da publicidade exigida pela Lei nº 14.133/2021;

4.1.15. O leiloeiro contratado deverá observar as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 21.981/1932, durante todo o processo de organização do leilão, especialmente quanto às exigências de publicidade dos editais de leilão, sem prejuízo das obrigações descritas neste Termo de Referência.

4.1.16. O leiloeiro deverá contratar profissional especializado para proceder à elaboração do laudo de avaliação dos bens, se necessário;

4.1.17. Para entrega do bem leilado ao arrematante, o leiloeiro deverá efetuar nova vistoria.

4.1.18. Deverá elaborar termo de arrematação para entregar ao arrematante junto com bem.



4.1.19. A modalidade padrão de realização dos leilões será a **eletrônica**, utilizando plataforma digital própria do leiloeiro, conforme disposto neste Termo de Referência.

4.1.20. Poderá ser adotado o formato **híbrido** (presencial + eletrônico), a critério da Administração, sempre que a natureza dos bens ou o interesse público assim justificarem.

4.1.20.1. Nessa hipótese, o leiloeiro deverá disponibilizar **infraestrutura mínima presencial**, conforme orientação do Setor ou da Comissão de Leilões, inclusive pessoal técnico e meios logísticos necessários, **sem ônus adicional à Administração**

4.2. Sustentabilidade

4.2.1. Ainda que o objeto da presente contratação (credenciamento de leiloeiros oficiais) não envolva, diretamente, a aquisição de bens ou execução de serviços com impacto ambiental direto, a atividade de leilão de veículos apreendidos e abandonados possui **implicações ambientais relevantes**, especialmente quanto à correta destinação das sucatas inservíveis.

4.2.2. Garantir que os veículos classificados como **sucata inservível** sejam destinados à **prensagem e destruição ambientalmente adequada**, conforme o disposto na **Resolução CONTRAN nº 623/2016** e nas **normas ambientais vigentes**;

4.2.3. Apresentar comprovantes de destinação final por meio de empresas licenciadas, em conformidade com as exigências dos órgãos ambientais competentes;



- 4.2.4. Assegurar que os veículos classificados como **sucatas com reaproveitamento de peças** sejam alienados exclusivamente a **empresas do ramo de desmonte e reciclagem de veículos** devidamente cadastradas, observando-se os critérios legais de segurança ambiental e rastreabilidade;
- 4.2.5. Adotar boas práticas de gestão logística e digitalização de documentos, promovendo a **redução do uso de papel** e maior eficiência nos trâmites administrativos;
- 4.2.6. Atuar em cooperação com o FozTRANS para mitigar impactos ambientais decorrentes da permanência prolongada de veículos em pátios públicos, colaborando na **liberação de espaços físicos e na prevenção de contaminações ao solo e ao meio ambiente**.
- 4.2.7. A observância desses critérios integra os compromissos assumidos pelos leiloeiros credenciados e será acompanhada pelo órgão contratante ao longo da execução contratual, como forma de garantir conformidade com os princípios da **administração sustentável**, nos termos do art. 5º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021.

4.3. **Subcontratação**

- 4.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. **Garantia da contratação**

- 4.4.1. **Não haverá exigência da garantia da contratação, com base no art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021. A dispensa se justifica pela natureza do credenciamento, que envolve múltiplos prestadores em sistema de rodízio e pagamentos feitos ao prestador (leiloeiro) caberá ao**



arrematante, no percentual previsto neste Termo de Referência, mitigando o risco de inexecução que a garantia visa cobrir.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 5.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.
- 5.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 5.3. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante.
- 5.4. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 5.5. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- 5.6. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



- 5.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por este Termo de Referência.
- 5.8. Cumprir, os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, quanto às normas de segurança.
- 5.9. Realizar rigorosa vistoria dos bens, arcando com eventuais custos necessários.
- 5.10. Disponibilizar canal de comunicação para contato pelos interessados na aquisição dos bens a serem leiloados, através de meio eletrônico (por e-mail e chat online) e serviço telefônico para orientação sobre o processo de leilão e a forma de participação.
- 5.11. Disponibilizar representante, em períodos previstos em edital, no local onde se encontra os bens a serem leiloados, para visitação e credenciamento de eventuais interessados.
- 5.12. **Colaborar com a Administra o na elabora o dos editais**, mediante o fornecimento das informa es técnicas necessárias e atualizadas sobre os bens e lotes, **cabendo exclusivamente ao FOZTRANS a elabora o, aprova o e publica o dos editais de leilão.**
- 5.13. Divulgar o leilão em endereço eletrônico e confeccionar material publicitário impresso sobre o leilão, sob forma de cartilha, livreto, folheto etc., identificando sempre a melhor forma de publicidade de acordo com a natureza do bem ofertado, além de divulgar o leilão, pelo menos por uma vez em jornal de circula o regional e na imprensa oficial, fazendo constar na divulga o do evento na Internet e no material impresso, a descri o dos bens, informa es



sobre o leilão, telefones para contato e demais esclarecimentos que se fizerem necessários;

- 5.14. As obrigações do leiloeiro são as constantes neste termo de referência, no contrato, além das previstas no Decreto Federal nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, com alterações posteriores;
- 5.15. **Fazer a conferência dos bens a serem leiloados (estado de conservação).**
- 5.16. Realizar os leilões de acordo com expressa determinação em datas aprazadas, divulgando-se os respectivos editais com antecedência mínima exigida;
- 5.17. Tornar conhecidas, quando da publicidade dos eventos, as condições das vendas, formas de pagamento, entrega dos bens, estado, qualidade e quantidade;
- 5.18. Guardar sigilo das informações que lhe serão repassadas para a realização do leilão em decorrência do cumprimento do contrato e responsabilizar-se perante indenização de eventuais danos decorrentes da quebra de sigilo dessas informações ou pelos seus usos indevidos;
- 5.19. Atender aos interessados, devendo conduzir o leilão e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até o encerramento, com emissão de autorização para a retirada dos bens arrematados e pagos e a devida prestação de contas;
- 5.20. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao Foztrans ou a terceiros, ainda que culposos, decorrente da sua atividade, devendo adotar as providências saneadoras de forma imediata;



- 5.21. Disponibilizar recursos humanos para fins de execução da atividade, devidamente identificados através de crachá;
- 5.22. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução do leilão;
- 5.23. Correrão por conta do Contratado todas as despesas, custos diretos e indiretos, tais como: impostos, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, necessários à fiel execução desse respectivo Termo.
- 5.24. O Contratado está obrigado a prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da Contratante
- 5.25. O Contratado deverá manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas nesse Termo, bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação respectiva.
- 5.26. O Contratado está obrigado a executar o respectivo Termo através de pessoas idôneas, com capacitação profissional necessária ao cumprimento do mesmo, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários, no desempenho de suas funções respectivas, causem à Contratante.
- 5.27. O Contratado está obrigado a assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em decorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependências da Contratante.
- 5.28. O Contratado está obrigado a cumprir e fazer cumprir leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades



competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação em questão, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos, mandatários ou convenientes.

5.29. O Contratado está obrigado a manter as condições de habilitação e qualificação técnica do ato da contratação, observando e acatando as disposições do artigo 92 Lei n. 14.133/2021 que sejam cabíveis à natureza deste instrumento ou através da certidão/certificado aludido no inciso II, do artigo 69 da supracitada lei;

5.30. O Contratado está obrigado a acatar as disposições da legislação vigente inerente ao objeto deste contrato, respeitando e primando especialmente pelo cumprimento dos artigos 117 a 121 da Lei n. 14.133/2021;

6. OBRIGAÇÕES DO FOZTRANS:

- 6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e as cláusulas editalícias.
- 6.2. Exercer o acompanhamento da gestão e fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado.
- 6.3. Assegurar o livre acesso ao leiloeiro e seus empregados, quando devidamente identificados, aos locais dos bens;
- 6.4. Prestar todas as informações e esclarecimentos que o contratado e seus empregados encarregados da execução do leilão venham a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos.
- 6.5. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 6.6. Anexar no devido processo, todos os documentos relacionados à execução contratual, tais como recibos, termos de avaliação, editais de leilão, contratos



e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas, prestações de contas e notificações expedidas.

- 6.7. Disponibilizar, se necessário, edital-padrão e normas internas;
- 6.8. Publicar os editais no site institucional e outros meios legais.

7. DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS E CONVOCAÇÃO PARA EXECUÇÃO

- 7.1. A distribuição dos serviços ocorrerá conforme a necessidade e a conveniência do FOZTRANS, de maneira a garantir a continuidade da política pública de destinação final e alienação de veículos retidos ou removidos, por meio da realização de leilões, em estrita conformidade com o planejamento operacional do órgão.
- 7.2. Decorridos 15 (quinze) dias da publicação do primeiro edital de credenciamento, será realizado sorteio entre os leiloeiros credenciados e habilitados até então, com o objetivo de formar uma **ordem inicial de distribuição de chamadas** para execução dos serviços.
- 7.3. O(a) agente de contratação utilizará a planilha do Excel habilitada para macros [SORTEIO ##.XLsm] para a efetivação do sorteio, cuja data e horário serão previamente agendados e publicados no Portal da Transparência do Município, e a gravação da tela do sorteio será disponibilizada posteriormente;
- 7.4. O(a) agente de contratação utilizará planilha eletrônica, ou sistema equivalente, para a realização do sorteio que definirá a ordem de fila dos leiloeiros credenciados. A data e o horário desse sorteio serão previamente definidos e publicados no Portal da Transparência do Município. O registro da ordem obtida será arquivado no processo, servindo como referência para as convocações futuras sempre que houver necessidade de realização de leilões pelo FOZTRANS, e estará disponível para consulta pública
- 7.4.1 Esta planilha contém:



- a) dados do processo e do item;
- b) a coluna “A”, na qual o agente inserirá, em ordem alfabética, os nomes (razões sociais) de todos os leiloeiros credenciados que estejam devidamente habilitados no momento do sorteio;
- c) o botão [SORTEAR], que, quando acionado, embaralha os nomes dos leiloeiros e os aloca na coluna “C”
- d) a coluna “C”, onde são disponibilizados os nomes devidamente embaralhados, constituindo o resultado da classificação gerada pelo sorteio;
- e) a coluna “D”, que apresenta a ordem sequencial dos leiloeiros sorteados na coluna “C”, definindo a ordem da fila que será observada para a execução dos leilões solicitados pelo FozTRANS.

7.5. Sempre que houver necessidade de nova classificação dos leiloeiros credenciados, seja em razão do ingresso de novos interessados ou por outro motivo que demande atualização da ordem de fila, será realizado novo sorteio utilizando o mesmo procedimento descrito nos itens 7.3 e 7.4. A data e o horário desse novo sorteio serão previamente definidos e publicados no Portal da Transparência do Município, garantindo ampla publicidade e isonomia entre os credenciados

7.6. A lista com a ordem dos sorteados será publicada no portal oficial do FozTRANS, permanecendo acessível ao público.

7.7. Passado o prazo inicial para o credenciamento, que permanecerá aberto, novos requerimentos de outros interessados podem ser recebidos a qualquer tempo, mas apenas serão analisados no início de cada quadrimestre do exercício financeiro, salvo se, por motivo justificado, a Administração necessitar antecipar a análise para a contratação de novos credenciados.



- 7.8. A convocação dos leiloeiros observará **estritamente** a ordem sequencial da lista vigente (rodízio), **vedada** qualquer alteração da ordem por critérios discricionários. Será convocado o próximo da fila **apenas** nas hipóteses abaixo, todas **objetivas** e previamente definidas no edital:
- a) recusa **expressa** do convocado no prazo do item 7.9;
 - b) **impedimento superveniente** comprovado (força maior), que inviabilize a execução;
 - c) **não atendimento tempestivo** das condições/documentos de execução previstos no edital/contrato;
 - d) aplicação de **penalidade** que suspenda ou impeça a convocação.
- 7.8.1. Todos os atos de convocação, recusa, salto de ordem e suas justificativas **serão registrados** no processo e **publicados** no portal oficial, assegurando **transparência e rastreabilidade**.
- 7.9. O leiloeiro convocado poderá recusar justificadamente a execução do serviço no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da convocação oficial. Em caso de recusa, será automaticamente convocado o próximo leiloeiro da lista vigente.
- 7.10. O leiloeiro que recusar, sem justificativa plausível, **por 3 (três) vezes consecutivas ou alternadas** durante a vigência do credenciamento, poderá ser descredenciado, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- 7.11. A cada ciclo completo de convocações entre os credenciados habilitados, a lista será reiniciada, promovendo **novo sorteio geral** se houver alterações relevantes no quadro de credenciados ou a critério do FozTRANS, com vistas à eficiência administrativa e isonomia.
- 7.12. Em caso de rescisão contratual, não execução injustificada ou descumprimento contratual, o próximo leiloeiro da lista de distribuição será imediatamente convocado para assumir os serviços.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. A contratação dos serviços será realizada por meio de Credenciamento, conforme previsto no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, voltado à



prestação de serviços por leiloeiros oficiais devidamente registrados na Junta Comercial, para atuação nos leilões de veículos retidos e não reclamados, classificados como circuláveis, sucatas ou inservíveis, de propriedade do FozTRANS ou sob sua responsabilidade.

8.2. Forma de Seleção

- 8.2.1 A seleção ocorrerá por meio de **chamada pública de credenciamento**, com prazo de recebimento de documentos mantido **aberto de forma contínua**, conforme permitido legalmente, observados os requisitos definidos no edital, neste Termo de Referência e demais normativos aplicáveis.
- 8.2.2 Estando regularmente habilitado e credenciado, o fornecedor (leiloeiro) será incluído em **sistema de rodízio**, nos termos descritos neste TR, para execução das demandas conforme convocação do FozTRANS, assegurando a alternância e a impessoalidade no chamamento.

8.3. Critérios de Seleção

- 8.3.1. O critério para participação será **técnico-habilitatório**, limitado à comprovação documental de:
- a) Habilitação profissional como leiloeiro oficial com registro ativo na Junta Comercial da unidade federativa;
 - b) Regularidade fiscal e trabalhista conforme exigências legais;
 - c) Apresentação de declaração de concordância com os termos do edital e deste Termo de Referência;
 - d) Ausência de impedimentos legais para contratação com o poder público.
- 8.3.2. Não haverá julgamento por menor preço ou maior desconto, uma vez que **a remuneração se dará exclusivamente por meio da comissão legal, paga diretamente pelo arrematante**, sem ônus para o FozTRANS.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



- 9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 9.3. As comunicações entre o FOZTRANS e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.4. O FOZTRANS poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o FOZTRANS poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 9.6. **Rotinas de Fiscalização**
- 9.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 9.6.2. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal, em especial o Decreto Municipal nº 32.398/2024.

9.7. **Fiscalização Técnica Contratual**



- 9.7.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 9.7.2. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º;
- 9.7.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 9.7.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 9.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 9.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9.8. **Fiscalização Administrativa Contratual**

- 9.8.1. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;
- 9.8.2. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 9.8.3. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do



contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

9.9. Gestão Contratual

- 9.9.1. O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pela autoridade máxima, com função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, conforme alíneas do art. 303 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, especialmente:
- 9.9.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 9.9.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 9.9.4. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 9.9.5. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscal(is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 9.9.6. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser



conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

- 9.9.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 9.9.8. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Divisão Financeira do FOZTRANS para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 9.9.9. A gestão e fiscalização contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal no 14.133, de 2021.
- 9.9.10. Os seguintes servidores são os indicados para gestão/fiscalização contratual, em observância ao Decreto nº 31.763 de 06/09/2023, art. 5:

Gestor: Kelly Cristina Moraes Martins de Paula,
Agente de Trânsito e Transporte - Sênior;

Gestor Suplente: Mariliê Bresola da Silva

Fiscal: Franciane Duarte Lewrentz
Agente de Trânsito e Transporte – Sênior;

Fiscal Suplente: Elvis Daniel Gonzalez Ugarte

9.10. Além do disposto acima, a gestão/fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- a) A unidade requisitante (Divisão de Leilões) será responsável pelo acompanhamento, controle e fiscalização da execução dos serviços,



conforme designação de servidor gestor/fiscal formalmente nomeado por portaria;

- b) Todos os atos de gestão e fiscalização serão realizados preferencialmente por meios digitais, utilizando ambiente em nuvem (como Google Drive institucional ou outro repositório seguro), com pastas organizadas e individualizadas por leilão, contendo documentação completa de cada etapa, inclusive a vinculação de cada veículo ao respectivo processo;
- c) A fiscalização manterá, de forma digital e atualizada, o registro completo das etapas do credenciamento, incluindo atas de sorteios, comunicações de convocação, termos contratuais, eventuais recusas justificadas, relatórios de prestação de contas e comprovantes de repasse;
- d) A fiscalização deverá observar se o leiloeiro credenciado cumpre fielmente os prazos e condições pactuadas no edital de credenciamento e em seu contrato individual, especialmente quanto à transparência dos leilões, publicidade dos atos, arrecadação, prestação de contas e respeito aos princípios da administração pública;
- e) Para cada leilão realizado, deverá ser arquivado em pasta digital própria o relatório de prestação de contas, contendo a lista de veículos ofertados, os bens arrematados, valores arrecadados, comissão aplicada, valor repassado ao Foztrans e documentação de publicidade dos atos, nos termos do Art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro e da Resolução CONTRAN nº 623/2016;
- f) A fiscalização verificará o fiel cumprimento das obrigações contratuais por parte do leiloeiro, especialmente no que se refere à legalidade dos procedimentos, transparência na condução dos leilões, prazos estabelecidos e respeito aos princípios da administração pública;
- g) Em caso de descumprimento contratual ou conduta irregular, serão adotadas as medidas previstas neste Termo de Referência, inclusive a instauração de



9c8d5286-1252-4b8f-af84-2d84230881bf



processo administrativo sancionador, quando cabível, com registros documentados no ambiente digital de controle;

h) Relatórios semestrais de acompanhamento e avaliação da execução contratual serão produzidos pelo fiscal responsável e encaminhados ao gestor responsável, contendo histórico dos leilões realizados, desempenho dos leiloeiros, eventuais falhas ou intercorrências e recomendações para aperfeiçoamento dos processos.

i) A Gestão deverá encaminhar relatório semestral de acompanhamento à Diretoria Superintendente contendo o histórico de leilões realizados, eventuais ocorrências relevantes, sugestões de melhoria e avaliação geral da atuação dos leiloeiros credenciados.

10. LOCAL DE EXECUÇÃO

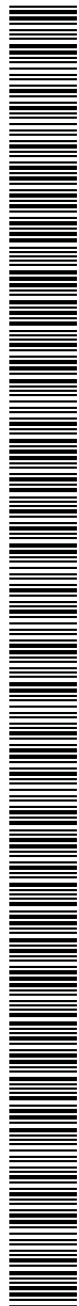
10.1. Plataforma eletrônica de leilões (online). Visitação e retirada dos veículos ocorrerão no pátio designado pelo FozTRANS.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

11.1. Por se tratar de procedimento de **credenciamento**, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, não há critério de julgamento por disputa ou lance. O processo consiste na **verificação objetiva do atendimento aos requisitos legais, técnicos e fiscais** estabelecidos no edital, sendo considerados **credenciados todos os interessados que atendam integralmente** às condições fixadas pelo FozTRANS.

11.2. Serão admitidos ao credenciamento os Leiloeiros Oficiais que:

11.2.1. Comprovarem nomeação e matrícula na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR), conforme Decreto Federal nº 21.981/1932;



- 11.2.2. Apresentarem regularidade fiscal e trabalhista conforme exigências da Lei nº 14.133/2021;
- 11.2.3. Atenderem aos demais critérios de habilitação jurídica, técnica e de qualificação operacional exigidos no edital.
- 11.2.4. O credenciamento permanecerá aberto por tempo indeterminado, assegurando a qualquer interessado que atenda às condições a possibilidade de integrar a rede de prestadores do serviço, com isonomia, publicidade e eficiência.

11.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- 11.3.1. Prova de inscrição no **Cadastro de Pessoa Física – CPF**, em situação regular;
- 11.3.2. Prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, e com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de:
 - 11.3.2.1. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014.
 - 11.3.2.2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (**CNDT**), mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
 - 11.3.2.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **municipal ou estadual/distrital**, relativo ao domicílio do credenciado, pertinente à sua



atividade e compatível com o objeto contratual, quando houver previsão legal para tal inscrição;

11.3.2.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual/Distrital** do domicílio do credenciado, quando exigível;

11.3.2.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio do credenciado, quando exigível;

11.3.2.6. Caso o credenciado seja considerado isento dos tributos municipais ou estaduais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio, ou documento equivalente, na forma da lei;

11.3.2.7. O credenciamento junto à **Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR)**, nos termos do Decreto nº 21.981/1932, é requisito indispensável para a habilitação do leiloeiro oficial;

11.4. Qualificação Técnica

11.4.1. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços de leiloeiro oficial, por meio da apresentação de atestados ou certidões expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

11.4.2. Os atestados deverão comprovar a execução de serviços de organização e condução de leilões públicos ou privados, presenciais ou eletrônicos, abrangendo a venda de bens móveis, veículos ou outros itens compatíveis com o objeto deste credenciamento.

11.4.3. Comprovar a habilitação legal para o exercício da função de leiloeiro oficial, mediante apresentação de:



- a) Certificado de registro ou matrícula de leiloeiro expedido por Junta Comercial do Estado do Paraná, em nome do profissional responsável.

11.4.4. As comprovações previstas neste item serão exigidas tanto no credenciamento inicial quanto em eventual revalidação cadastral ou atualização de dados, assegurando que todos os leiloeiros credenciados mantenham, durante toda a vigência do credenciamento, as condições técnicas e legais necessárias para a execução dos serviços.

12. PAGAMENTO

12.3. A presente contratação **não acarretará qualquer ônus financeiro ao FOZTRANS**, sendo a **remuneração do Leiloeiro Oficial credenciado realizada exclusivamente por meio da comissão legal incidente sobre o valor dos bens arrematados**, nos termos do art. 22 do Decreto Federal nº 21.981/1932.

12.4. Essa comissão será **paga diretamente pelo arrematante**, no momento do arremate, conforme previsto em edital de cada leilão e em conformidade com o percentual de 5% definido neste Termo de Referência.

13. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO:

A fiscalização será exercida pela Divisão de Leilões do FOZTRANS, nos termos da Lei nº 14.133/2021. O gestor do contrato será designado formalmente após a assinatura.

14. PENALIDADES:



Em caso de descumprimento contratual, aplicar-se-ão as sanções previstas nos artigos 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de outras responsabilidades legais.

15. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.3. O não cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no edital de credenciamento e no contrato administrativo firmado com o FOZTRANS – Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu, sujeitará o leiloeiro oficial credenciado às sanções previstas nos arts. 156 a 163 da **Lei Federal nº 14.133/2021**, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme segue:

15.3.1. **Constituem infrações passíveis de sanção, entre outras previstas neste Termo de Referência e/ou Contrato:**

- a) Recusar ou deixar de realizar o leilão, após convocação formal, sem justificativa aceita pelo FOZTRANS;
- b) Descumprir prazos, condições ou procedimentos previstos no edital, contrato ou legislação aplicável, inclusive quanto à divulgação, realização e finalização do leilão;
- c) Omitir, alterar ou prestar informações falsas, incompletas ou que induzam a erro nos relatórios, avaliações, anúncios ou quaisquer documentos relacionados aos leilões;
- d) Conduzir o leilão com má-fé, desídia, negligência, imperícia ou de forma a comprometer a transparência, a competitividade ou a legalidade do certame;
- e) Deixar de observar as determinações da fiscalização do FOZTRANS ou dificultar seu trabalho;
- f) Promover atos que resultem em prejuízo direto ou indireto à Administração Pública ou aos arrematantes, inclusive favorecendo indevidamente terceiros;



- g) Cobrar valores superiores aos permitidos, criar taxas não previstas ou exigir pagamento de forma contrária às regras estabelecidas;
- h) Utilizar informações obtidas em razão da execução do contrato para benefício próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse público;
- i) Não manter as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante toda a vigência do contrato;
- j) Recusar-se, injustificadamente, a assinar o contrato, termo de execução ou quaisquer documentos necessários para a realização do leilão;
- k) Não observar as normas ambientais e de destinação final previstas na legislação, especialmente no caso de veículos classificados como sucata;
- l) Deixar de garantir a publicidade e a transparência do leilão, inclusive mediante a divulgação prévia adequada dos bens, suas condições e valores;
- m) Interromper, adiar ou suspender leilão sem motivo justificado e previamente comunicado ao FozTRANS.

15.4. Classificação das infrações:

- I- **Leves:** aquelas que não causem prejuízo direto à execução do objeto ou ao interesse público, como atrasos pontuais na entrega de relatórios, desde que não reincidentes;
- II- **Médias:** aquelas que possam comprometer a regularidade ou a transparência do leilão, como descumprimento de prazos ou falhas na divulgação dos bens;
- III- **Graves:** aquelas que causem prejuízo material ou jurídico à Administração ou a terceiros, bem como condutas que violem os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e eficiência, incluindo má-fé, omissão dolosa, fraude ou não manutenção das condições de habilitação.

15.5. Sanções aplicáveis:

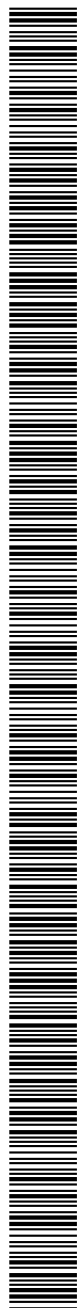


- a) Advertência formal por escrito;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado dos bens do leilão objeto da infração, quando houver prejuízo ou atraso relevante;
- c) Suspensão temporária de participação nas convocações por até 12 (doze) meses;
- d) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal por até 3 (três) anos;
- e) Descredenciamento, em casos de reincidência ou infrações graves.

- 15.6. O leiloeiro oficial que recusar a prestação do serviço por 3 (três) vezes consecutivas ou alternadas durante o período de vigência do credenciamento será automaticamente descredenciado, salvo por motivo de força maior devidamente comprovado.
- 15.7. As sanções serão aplicadas mediante processo administrativo regular, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. A pessoa contratada deverá colaborar na obtenção de dados e informações que a Administração deva disponibilizar à sociedade, seja de interesse particular, coletivo ou geral, nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.
- 16.2. Considerando as peculiaridades e especificações do objeto licitado, **não há informações aptas a serem classificadas** nos termos dos artigos 23 e 24 da Lei nº 12.527/2011.



Foz do Iguaçu – PR, 29 de agosto de 2025.

Equipe de Planejamento da Contratação – Portaria nº 4337/2025 - Diário Oficial nº 5285.

Kelly Cristina Moraes Martins de Paula.

Agente de Trânsito e Transporte – Sênior

Matrícula – 200.31

Franciane Duarte Lewrentz

Agente de Trânsito e Transporte – Sênior

Matrícula – 198.31

Ciência do(a) Diretor(a) da Pasta.

Luiz Borella

Diretor Trânsito e Sistema Viário.



MATRIZ DE RISCO - CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL

Processo Administrativo nº 60.882/2025

ID	Descrição	Causa	Consequência	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas Preventivas	Responsável	Plano de Contingência
R1	Baixa adesão ao credenciamento	Divulgação insuficiente ou requisitos de habilitação pouco claros	Menor concorrência e possíveis atrasos na realização de leilões	Média	Médio	Médio	Ampla divulgação, linguagem clara no edital, canal de esclarecimento de dúvidas	FOZTRANS	Reforçar divulgação, prorrogar prazo de credenciamento
R2	Indisponibilidade do leiloeiro convocado	Conflito de agenda ou impedimento superveniente	Atraso na realização do leilão	Alta	Médio	Alto	Confirmação prévia e calendário acordado	Leiloeiro	Convocar próximo da fila, registrar recusa, aplicar sanções por reincidência
R3	Falha técnica na plataforma de leilão eletrônico	Indisponibilidade ou problemas no sistema do leiloeiro	Suspensão ou adiamento do leilão	Média	Alto	Alto	Testes prévios, redundância de sistemas, suporte técnico	Leiloeiro	Reagendar leilão, acionar suporte, comunicar participantes
R4	Questionamento jurídico sobre a ordem de fila	Percepção de favorecimento ou critério de convocação questionado	Suspensão temporária do credenciamento	Baixa	Alto	Médio	Sorteio público com gravação, publicação da ordem no portal	FOZTRANS	Realizar novo sorteio, ajustar critérios se necessário
R5	Irregularidade na destinação de veículos ou sucatas	Descumprimento de normas ambientais por arrematantes	Responsabilização administrativa e ambiental do órgão	Baixa	Alto	Médio	Exigir documentação de destinação final, fiscalização	Leiloeiro e FOZTRANS	Acionar órgãos competentes, barrar futuros arremates
R6	Falhas na prestação de contas	Relatórios incompletos ou fora do prazo	Insegurança jurídica e financeira	Média	Médio	Médio	Definir modelo padrão, prazos e checklist de conferência	Leiloeiro	Notificar, aplicar sanções, suspender convocações
R7	Cobrança indevida ao arrematante	Comissão ou taxas fora do limite legal	Reclamações, nulidade de arremates	Baixa	Alto	Médio	Definir comissão no edital, fiscalização ativa	FOZTRANS e Leiloeiro	Determinar estorno, sancionar leiloeiro



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**

Número: **1/2025**

Assunto: **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=9c8d5286-1252-4b8f-af84-2d84230881bf>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:

9c8d5286-1252-4b8f-af84-2d84230881bf

Hash do Documento

299D5CC948804F6344BCBB823C7AAE723F5C38629C2A466BBBFB1CD09ECB7BD5

Anexos

MATRIZ_RISCOS_LEILOEIRO_FOZTRANS.pdf - **7d5bf2a9-489e-4ce6-9bd5-0d0c0fb3733b**

TR_LEILOEIRO_2025_CREDENCIAMENTO.pdf - **a29f18c6-c899-4ca4-a32c-185b82ac67bf**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/08/2025 é(são) :

KELLY CRISTINA MORAES MARTINS DE PAULA (Signatário) - CPF: ***23703971** em 29/08/2025

14:59:16 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

FRANCIANE DUARTE LEWRENTZ (Signatário) - CPF: ***67245902** em 29/08/2025 15:45:07 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP n° 1/25

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Lei n° 14.133/2021 e Decreto Municipal n° 32.398/2024

Processo Administrativo n° 60.882/2025

Elaborado por:

Kelly Cristina Moraes Martins de Paula.

Agente de Trânsito e Transporte – Sênior

Matrícula – 200.31

Franciane Duarte Lewrentz

Agente de Trânsito e Transporte – Sênior

Matrícula – 198.31



c322808a-a2b9-46c1-b867-887120c4429f

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 32.398/2024

Processo Administrativo nº 60.882/2025

INTRODUÇÃO:

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade apresentar a análise técnica, operacional, jurídica e econômica referente à necessidade de contratação de Leiloeiro Oficial, a fim de viabilizar a realização de leilões públicos de veículos retidos, abandonados ou inservíveis atualmente armazenados no pátio do FOZTRANS – Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu, em conformidade com o art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro.

A permanência prolongada desses veículos nos pátios públicos compromete a eficiência da gestão, gera impactos ambientais e sanitários, além de prejudicar a utilização racional do espaço físico destinado à guarda de novos bens. Nesse contexto, faz-se necessária a adoção de solução que possibilite a alienação regular e transparente desses veículos, atendendo ao interesse público e à legislação vigente.

Este estudo busca identificar e analisar diferentes alternativas juridicamente viáveis para a condução dos leilões (tais como estruturação interna, contratação por pregão ou credenciamento), destacando seus prós e contras, a fim de subsidiar a escolha da solução mais adequada, vantajosa e segura para a Administração Municipal



c322808a-a2b9-46c1-b867-887120c4429f

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

O acúmulo de veículos nos pátios sob responsabilidade do FOZTRANS compromete a eficiência da gestão pública, a organização dos fluxos operacionais e a adequada destinação de bens apreendidos. Os veículos retidos e removidos por infrações de trânsito ou abandono são recolhidos ao pátio por ação dos agentes de trânsito, nos termos dos arts. 269 e 270 do Código de Trânsito Brasileiro, sendo de competência do órgão a guarda e destinação desses bens.

A permanência prolongada desses veículos nos pátios gera impactos operacionais, ambientais, sanitário e financeiros, além de ocupar espaço destinado a novas remoções, prejudicando a continuidade dos serviços públicos.

A demanda apresentada objetiva a contratação de profissional habilitado legalmente, para realizar os procedimentos necessários à alienação pública desses bens, mediante leilões eletrônicos amplamente divulgados e formalizados, assegurando a regularidade, economicidade e eficiência da medida.

A contratação busca promover maior agilidade e efetividade nos processos de leilão, garantindo a destinação final adequada dos veículos e contribuindo para a racionalização da gestão pública.

Ademais é necessária a otimização da qualidade no trato com o bem público com observância de critérios e mecanismos geradores de maior eficiência, celeridade e economicidade. Não obstante, o órgão não dispõe em seu quadro de servidores permanentes profissionais com atribuições para executar tais serviços.

Desse modo, a contratação de um leiloeiro oficial proporcionará maior exequibilidade, dinamismo e celeridade nos leilões a serem realizados.



II. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PCA - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2025:

Id peca PNCP: 02345707000165-0-000001/2025

Data de publicação no PNCP: 17/05/2024

Id do item no PCA: 280

Classe/Grupo: 859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE

Identificador da Futura Contratação: 928294-194/2025

Valor Estimado para 2025: R\$ não gera custo

III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

O critério objetivo a ser adotado pela Administração para definição do leiloeiro, a quem caberá a alienação, será a localização do ativo e a realização de credenciamento de leiloeiros habilitados.

Somente após a celebração de contrato, o leiloeiro será considerado como apto e se permitirá o início de quaisquer diligências em nome do Foztrans.

O leiloeiro contratado deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) Registro como Leiloeiro Oficial na Junta Comercial do Estado do Paraná;
- b) Infraestrutura para realização de leilão eletrônico;
- c) Capacidade operacional para catalogação, avaliação, divulgação e execução do leilão;
- d) Promover o leilão preferencialmente por meio de plataforma eletrônica ou híbrido, própria ou contratada, que permita a ampla divulgação do edital de leilão, além da publicidade exigida pela Lei nº 14.133/2021;
- e) O leiloeiro deverá contratar profissional especializado para proceder à elaboração do laudo de avaliação dos bens, se necessário;
- f) Prestação de contas por leilão.



IV. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES:

Item	Produto - Descrição	Tipo de Item	Unidade	Quantidade
01	Contratação de Leiloeiro Oficial para preparação, organização e condução de leilões públicos de veículos para circulação e sucatas inservíveis do Foztrans - Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu.	Prestação de serviço	UN	01

V. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

A prática de realização de leilões públicos para destinação de veículos retidos e removidos já se encontra consolidada em diversos entes da Administração Pública, especialmente nos âmbitos municipal e estadual. Entre as formas identificadas para viabilizar a contratação de leiloeiros estão:

- Estruturação de leiloeiro próprio no órgão público (caso raro e de alta complexidade);
- Licitação na modalidade pregão, com critério de julgamento por maior desconto sobre a comissão.
- Realização de credenciamento com rodízio entre os habilitados;

Em todos os modelos observados, a **remuneração dos leiloeiros ocorre por meio de comissão paga diretamente pelo arrematante**, conforme percentual estabelecido em edital, respeitando os limites legais fixados no Decreto Federal



nº 21.981/1932, que estabelece percentuais sobre o valor do bem arrematado, porém também define quais ocasiões pode-se aplicar respectivo percentual, observando-se que no caso de veículos, sucatas e relacionados dentro do percentual de **5%**.

Desse modo, observa-se a existência de **três soluções possíveis**, com variações conforme a estrutura e a regulamentação local de cada ente público.

ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES DE CONTRATAÇÃO

Com base em práticas observadas em outros entes públicos e considerando a realidade organizacional do FozTRANS, foram identificadas três possibilidades juridicamente viáveis para viabilizar a condução de leilões públicos:

Estruturação de Leiloeiro Próprio no Órgão Público

Prós:

- Supostamente menor custo direto, por utilizar servidor já pertencente ao quadro efetivo.
- Maior controle interno sobre a realização dos atos do leilão.

Contras:

- A falta de servidor, o Foztrans já enfrenta dificuldades com a alta demanda e efetivo insuficiente, além disso o caso em tela exige um servidor com habilitação técnica e especialização na realização de leilão.
- Demandaria a capacitação especializada e complexa de servidor efetivo, algo de difícil viabilização prática no curto ou médio prazo.
- Exigiria a criação ou aquisição de sistema eletrônico específico para leilões, com autenticação, segurança digital, funcionalidades de lance automático e demais condições para realização do certame de modo digital tal qual exige a legislação vigente, implicando contratação paralela e custos adicionais significativos.



- Morosidade excessiva para implantação e operacionalização da estrutura, o que contraria o interesse público e o princípio da eficiência administrativa, agravado pela acumulação atual de veículos nos pátios.
- Alto risco de responsabilização administrativa e processos judiciais em desfavor do Foztrans em razão da falta de experiência e especialização do servidor designado, comprometendo a segurança jurídica dos atos.

É uma solução teoricamente possível, porém impraticável e dispendiosa para o FOZTRANS, sendo descartada por inviabilidade operacional, técnica e financeira.

Licitação na Modalidade Pregão (Critério: Maior Desconto na Comissão)

Prós:

- Possibilidade de competição direta e formalizada entre os interessados.
- Transparência e ampla divulgação por meio da plataforma oficial de compras.

Contras:

- A comissão dos leiloeiros é regida pelo Decreto nº 21.981/1932, com teto legal de 5% para o arrematante — o que limita a variação de propostas, resultando frequentemente em empate.
- Exemplo prático: Pregão nº 009/2019 realizado pelo próprio FOZTRANS, onde todos os participantes ofereceram comissão de 5%, resultando em empate generalizado e necessidade de sorteio — o que causou atrasos no cronograma, insegurança no critério de escolha podendo ocasionar contestação do resultado, tornando o processo demasiado demorado.
- Não garante rotatividade ou aproveitamento de outros leiloeiros com igual qualificação, limitando a atuação a um único contratado.
- Falta de flexibilidade contratual em caso de indisponibilidade do leiloeiro vencedor.



Embora juridicamente viável, a experiência anterior demonstrou ineficiência e morosidade, além de limitações práticas na aplicação do critério de julgamento, tornando essa modalidade desaconselhável para o caso presente.

Credenciamento de Leiloeiros Oficiais com Distribuição por Rodízio

Prós:

- Ampla adesão de interessados, sem limitação no número de credenciados.
- Flexibilidade para contratação conforme demanda real do órgão.
- Rotatividade garantida por critérios objetivos de distribuição (ex: rodízio ou sorteio público para definir a ordem), promovendo isonomia, impessoalidade e eficiência.
- Redução do risco de atrasos, por permitir substituição imediata em caso de indisponibilidade de um leiloeiro.
- Remuneração exclusivamente a cargo do arrematante, sem ônus para o FOZTRANS.
- Conformidade total com o art. 79, I, da Lei 14.133/2021, com respaldo do TCE-SC e jurisprudência do STJ.
- Possibilita a manutenção de edital aberto com cadastramento contínuo, ampliando a publicidade e a transparência do processo.
- O tema encontra-se regulamentado pelo Decreto Municipal nº 32.398/2024, especificamente nos artigos 205 a 208.

Contras:

- Exige estrutura administrativa de acompanhamento e fiscalização permanente, para garantir o cumprimento dos critérios de rodízio, a regularidade das prestações de contas e a transparência nos procedimentos.



É a solução mais eficiente, transparente e segura. Garante pluralidade, agilidade e economicidade, com pleno respaldo legal e jurisprudencial, sendo a alternativa mais vantajosa e indicada para os interesses do FozTRANS.

VI. ESTIMATIVA DO VALOR:

Não há dispêndio direto de recursos públicos. O custo recai sobre o arrematante, sendo a remuneração do leiloeiro definida em percentual sobre o valor de venda. A comissão-teto prevista é de até 5%, conforme Decreto nº 21.981/1932.

VII. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- a. A presente contratação tem por objeto o **credenciamento de Leiloeiros Oficiais**, pessoas físicas regularmente habilitadas e registradas na Junta Comercial do Estado do Paraná, para a realização de leilões públicos eletrônicos de veículos classificados como **conservados (com possibilidade de circulação), sucatas com possibilidade de reaproveitamento de peças, e sucatas inservíveis ou fardos ferrosos (com destinação à prensagem e destruição)**;
 - i. Veículos oriundos de **remoções efetuadas por agentes da autoridade de trânsito municipal**, em razão do cometimento de infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997, art. 328), cujo prazo legal de 60 (sessenta) dias para regularização pelos proprietários tenha expirado, conforme previsão da **Resolução CONTRAN nº 623/2016**.
 - ii. A presente contratação será regida pelo **Decreto Federal nº 21.981/1932**, que regulamenta a profissão de Leiloeiro Oficial, bem como pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, no que



tange às contratações públicas, em especial na modalidade de **credenciamento**, conforme orientações da **Nota Técnica nº 12/2024 do TCE-SC**, e o disposto no **Decreto Municipal nº 32.398/2024**, que estabelece diretrizes para os processos de contratação pública no âmbito do Município de Foz do Iguaçu.

- iii. A necessidade da contratação se justifica em razão do elevado número de veículos armazenados nos pátios sob responsabilidade do FOZTRANS – Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu, o que acarreta comprometimento da operação logística e do espaço físico destinado à guarda, riscos ambientais e de saúde pública e morosidade nos trâmites administrativos relacionados à destinação final dos bens;
- iv. O dever legal da Administração Pública de realizar a alienação de tais veículos mediante leilão público, promovendo a devida destinação dos valores arrecadados conforme disciplinado na Resolução CONTRAN nº 623/2016.

VIII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução adotada consiste na **realização de procedimento de credenciamento de Leiloeiros Oficiais**, pessoas físicas com registro ativo na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR), nos termos do Decreto Federal nº 21.981/1932 e do art. 79, inciso I e parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O credenciamento será conduzido por meio de **Edital de Chamamento Público permanente**, publicado em sítio eletrônico oficial do FOZTRANS, permitindo o



cadastramento contínuo de novos interessados enquanto perdurar o interesse público na contratação.

A **remuneração dos leiloeiros será paga exclusivamente pelos arrematantes**, conforme previsto na legislação específica, não havendo qualquer custo para o erário. O percentual de comissão deverá respeitar o limite legal de até **5% sobre o valor do bem arrematado**, conforme o art. 24 do Decreto nº 21.981/1932 e o §1º do art. 6º do Decreto Federal nº 11.461/2023.

A contratação por credenciamento garante **maior flexibilidade, transparência e impessoalidade**, permitindo que o FozTRANS conte com mais de um profissional habilitado simultaneamente, ampliando a segurança e a agilidade no processo de alienação dos veículos retidos.

Critério de Distribuição de Demandas entre os Leiloeiros Credenciados

Considerando que a legislação **não admite distribuição fixa com base em ordem cronológica de credenciamento**, por contrariar os princípios da **isonomia, impessoalidade e rotatividade** (conforme entendimento consolidado nos Tribunais de Contas e jurisprudência do STJ), o FozTRANS adotará o seguinte modelo:

- Após os primeiros **15 (quinze) dias de vigência do edital de credenciamento**, será realizada uma **sessão pública de sorteio** entre os leiloeiros já habilitados para definir a **ordem inicial de execução dos serviços**;
- Após esse prazo inicial novos requerimentos de outros interessados podem ser recebidos a qualquer tempo, mas apenas serão analisados no início de cada quadrimestre do exercício financeiro, salvo se, por meio justificado, a Administração necessitar antecipar a análise para a contratação de novos credenciados;
- Os sorteios que definem a ordem do rodízio serão registrados em relatório emitido pelo agente de contratação, o qual, juntamente com a



gravação da tela, será disponibilizado no Portal da Transparência do Município.

Esse critério de distribuição objetiva respeitar os princípios da **isonomia, impessoalidade, economicidade e eficiência administrativa**, atendendo integralmente às exigências do art. 79 da Lei 14.133/2021 e aos apontamentos jurisprudenciais dos Tribunais de Contas (ex: TCE-SC e TCE-PR), que orientam expressamente **contra o uso de fila fixa ou ordem cronológica como critério classificatório**.

A gestão e fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será realizada pela **Divisão de Leilões do FOZTRANS**, que organizará as convocações conforme a ordem vigente e manterá o controle das prestações de contas e dos relatórios individuais de cada leilão realizado.

IX. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Não se aplica o parcelamento, pois o objeto não possui divisibilidade. Cada leilão deve ser conduzido por um único leiloeiro por vez, ademais, trata-se de serviço intelectual, com responsabilidade exclusiva do profissional registrado.

X. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

Com a contratação de leiloeiros oficiais e a efetiva realização dos leilões públicos, o FOZTRANS visa alcançar os seguintes resultados concretos e mensuráveis, alinhados aos princípios da eficiência, economicidade, legalidade e interesse público:

a) Liberação do espaço físico nos pátios sob gestão do FOZTRANS, atualmente comprometido com veículos retidos, abandonados ou inservíveis,



cuja permanência prolongada prejudica o uso racional da infraestrutura pública e dificulta a logística das atividades operacionais;

b) Atendimento à legislação vigente, especialmente ao disposto no art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro e na Resolução CONTRAN nº 623/2016, assegurando a destinação final dos veículos que não foram reclamados no prazo legal de 60 dias;

c) Geração de receita pública indireta, por meio do valor arrecadado com a venda dos veículos leiloados, seja como circulação ou como sucata, seguindo os critérios de destinação financeira previstos em lei e contribuindo com os cofres públicos sem qualquer despesa direta ao erário;

d) Redução dos riscos operacionais, administrativos e ambientais, especialmente os relacionados à deterioração dos veículos, à contaminação do solo, à proliferação de vetores e à sobrecarga dos sistemas de guarda, controle e fiscalização;

e) Ampliação da transparência e da segurança jurídica nos procedimentos de alienação de bens públicos, por meio da adoção de modelo reconhecido por sua impessoalidade, publicidade e ampla competitividade.

X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

A solução adotada, consiste na realização de **credenciamento de leiloeiros oficiais**, apresenta-se como a forma mais eficiente e desburocratizada para viabilizar a execução dos leilões públicos, **não demandando a adoção de providências paralelas ou contratações correlatas**.

O processo ocorrerá por meio de **procedimento de chamamento público permanente**, conforme disciplinado pela Lei nº 14.133/2021, com base no art. 79, inciso I e parágrafo único, não havendo necessidade de cursos de capacitação, aquisição de sistemas específicos ou licitações acessórias.



A única providência administrativa necessária para a efetivação da contratação é a **condução regular do processo de credenciamento**, com elaboração do edital, análise jurídica, autorização da autoridade competente e publicação no sítio oficial.

XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não se aplica.

XII. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

A contratação visa reduzir impactos ambientais decorrentes do acúmulo de veículos e resíduos nos pátios, promovendo destinação final adequada conforme legislação ambiental.

XIII. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

Diante da análise técnica realizada, das alternativas disponíveis e das experiências anteriores do próprio FozTRANS, conclui-se que a **contratação de Leiloeiros Oficiais mediante procedimento de credenciamento** representa a **solução mais vantajosa, eficaz e juridicamente adequada** para a realização dos leilões públicos de veículos retidos, abandonados ou inservíveis.

A escolha pelo credenciamento se justifica por sua conformidade com a Lei nº 14.133/2021 (art. 79, I) e Decreto Municipal nº32.398/2024 artigos 205 a 208, pode-se apontar essa como mais adequada por permitir **ampla participação de interessados**, garantir **isonomia e transparência na distribuição das demandas** por meio de critérios impessoais (como sorteio ou rodízio) e por **não implicar em dispêndio de recursos públicos**, uma vez que a remuneração dos leiloeiros é custeada diretamente pelos arrematantes, conforme previsão legal.

Além disso, o modelo adotado **dispensa a realização de contratações paralelas, capacitações específicas ou aquisições sistêmicas complexas**,



assegurando maior agilidade e menor custo operacional ao Poder Público. Ressalta-se, ainda, que a experiência prática anterior do FozTRANS com a modalidade de pregão demonstrou fragilidades quanto à eficiência do critério de julgamento, reforçando a pertinência do credenciamento como escolha estratégica e tecnicamente embasada.

Dessa forma, este Estudo Técnico Preliminar conclui pela **viabilidade e conveniência da contratação via credenciamento**, sugerindo o prosseguimento do processo administrativo para elaboração do edital de chamamento e demais etapas subsequentes, conforme legislação aplicável.

Foz do Iguaçu, 19 de agosto de 2025

Equipe de Planejamento da Contratação – Portaria nº 4337/2025 - Diário Oficial nº 5285.

Elaborado por:

Kelly Cristina Moraes Martins de Paula.

Agente de Trânsito e Transporte – Sênior

Matrícula – 200.31

Franciane Duarte Lewrentz

Agente de Trânsito e Transporte – Sênior

Matrícula – 198.31



Ciência do(a) Diretor(a) da Pasta.

Luiz Borella

Diretor Trânsito e Sistema Viário.



c322808a-a2b9-46c1-b867-887120c4429f

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

Número: **1/2025**

Assunto: **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=c322808a-a2b9-46c1-b867-887120c4429f>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:

c322808a-a2b9-46c1-b867-887120c4429f

Hash do Documento

1855EEFB9050BC6BB98BD4FCAF9BE7C69AF16801F67EB868B1AB6BD65769EF66

Anexos

ETP_LEILOEIRO_2025_CREDENCIAMENTO.pdf - **188f6928-48a7-4a94-b023-d9fca98f0338**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/08/2025 é(são) :

KELLY CRISTINA MORAES MARTINS DE PAULA (Signatário) - CPF: ***23703971** em 19/08/2025 15:03:20 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

FRANCIANE DUARTE LEWRENTZ (Signatário) - CPF: ***67245902** em 19/08/2025 14:57:11 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

MINUTA DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 60.882/2025

Credenciamento nº 002/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº __/20__, QUE FAZEM
ENTRE SI O FOZTRANS – INSTITUTO DE TRANSPORTES E
TRÂNSITO DE FOZ DO IGUAÇU, POR INTERMÉDIO DE
SUA SUPERINTENDÊNCIA E DIRETORIA ADMINISTRATIVA
E FINANCEIRA E A PESSOA FÍSICA _____,
POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL

O **FOZTRANS - Instituto de Transportes Trânsito de Foz do Iguaçu**, autarquia pública, com sede na cidade de Foz do Iguaçu, na Rua Edgard Schimmelpfeng, 43, Centro Cívico, CEP 85863-900, no município de Foz do Iguaçu - PR, inscrito no CNPJ sob o nº 02.345.707/0001-65, neste ato representado por seu Diretor Superintendente, Sr. _____, portador da c.i.r.g. n. _____, e do CPF nº _____, e por seu Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. _____, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____ inscrito(a) no CPF sob o nº _____, e-mail: ____@____; residente na _____, em _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela(o) _____, doravante designada CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 60.882/2025 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Decreto Municipal nº 32.398, de 28 de março de 2024 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Credenciamento nº __/20__ e Inexigibilidade nº __/20__, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de leiloeiro oficial para preparação, organização e condução de leilões públicos de veículos para circulação e sucatas inservíveis**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
 - 1.2.1 **O presente objeto tem natureza de contratação sob demanda, sendo sua efetivação condicionada às necessidades e conveniência do FOZTRANS. Não haverá, em qualquer hipótese, obrigação por parte da Administração Pública de realizar contratações ou de garantir a prestação mínima de serviços pelos credenciados.**
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital e anexos do Credenciamento nº 002/2025;
 - 1.2.3. O processo de inexigibilidade nº __/20__;
 - 1.2.4. A Proposta do contratado;
 - 1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados a partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu – PR, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.1.1. Durante o período de vigência deste contrato, quando da instauração de procedimento licitatório e subsequente celebração de novo contrato com objeto equivalente ou similar, as partes convencionam que o presente instrumento contratual será automaticamente rescindido, assegurando-se, contudo, o integral cumprimento de todas as obrigações pendentes até o momento da referida rescisão, salvaguardando, assim, os interesses mútuos e a regularidade administrativa do processo de transição.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
 - e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. A comissão devida ao leiloeiro será equivalente a 05% (cinco por cento) do valor total arrematado pelos veículos, sendo este montante pago diretamente pelos arrematantes, sem acarretar qualquer ônus ou despesa para o contratante;
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento pelos arrematantes ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Tendo em vista que a comissão do leiloeiro é estabelecida em percentual sobre o valor arrematado, não se aplica qualquer critério de reajuste ao presente contrato;

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, através dos seguintes servidores designados: **GESTÃO**: Kelly Cristina Moraes Martins de Paula - **SUPLENTE**: Mariliê Bresola da Silva; **FISCALIZAÇÃO**: Franciane Duarte Lewrentz - **SUPLENTE**: Elvis Daniel Gonzalez Ugarte;
- 8.5. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.6. Cientificar o órgão de representação judicial do Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu – FOZTRANS, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

- 8.7.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.8. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));
- 9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

- 9.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no credenciamento;
- 9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 11.1. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.1.1. Advertência;
 - 11.1.2. Multa;

11.1.3. Impedimento de licitar e contratar; e

11.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.2.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.2.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.3. As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei Federal no 14.133/2021 serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste Capítulo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório, inclusive cumulando com multa, quando a licitante ou a contratada:

11.3.1. Der causa à inexecução parcial do contrato ou descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração à lei quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave: Penalidade de advertência;

11.3.2. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, devidamente demonstrado no processo administrativo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

11.3.3. Dar causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

11.3.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu pelo período de 30 (trinta) dias;

11.3.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu pelo período de 6 (seis) meses;

11.3.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu pelo período de 6 (seis) meses;

11.3.7. Ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu pelo período de 6 (seis) meses;

- 11.3.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato ou comportar-se de modo inidôneo: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- 11.3.9. Fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;
- 11.3.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses.
- 11.3.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal no 12.846/2013: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 60 (sessenta) meses;
- 11.4. Considera-se a conduta do item 11.3.1 para fins de pequena relevância, o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente execução do contrato, bem como não causem prejuízos à administração.
- 11.5. Considera-se a conduta do item 11.3.2 como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.
- 11.6. Constituem comportamentos que serão enquadrados no item 11.3.4 sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer do credenciamento ou da execução contratual:
 - 11.6.1. Deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
 - 11.6.2. Entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
 - 11.6.3. Fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
 - 11.6.4. Deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de credenciamento;
- 11.7. Constituem comportamentos que serão enquadrados no item 11.3.5 sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer do credenciamento ou da execução contratual:
 - 11.7.1. Deixar de atender a convocações do Agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
 - 11.7.2. Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;
 - 11.7.3. Abandonar o certame;
 - 11.7.4. Solicitar sem justo motivo a desclassificação após a abertura da sessão do certame;
- 11.8. Considera-se a conduta do item 11.3.7 como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.
- 11.9. Considera-se a conduta do item 11.3.9 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos do Município de Foz do Iguaçu, com exceção da conduta disposta no item 11.3.8.

- 11.10. Considera-se a conduta do item 11.3.10 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer do credenciamento ou da execução contratual.
- 11.11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.12. Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, capituladas nos itens 11.1.1 a 11.1.4 deste Edital, a autoridade competente poderá:
- 11.12.1. Aplicar multa compensatória (punitiva) entre 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;
- 11.12.2. Determinar a rescisão unilateral, nas hipóteses legalmente previstas.
- 11.13. Será aplicada multa moratória, nos casos de atraso na execução, e multa compensatória, nas hipóteses de inexecução contratual, vedada a cumulação de multa moratória e compensatória sobre o mesmo fato gerador.
- 11.13.1. A multa moratória será calculada considerando-se os seguintes percentuais:
- 11.13.1.1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 11.13.1.2. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 11.14. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 11.15. Nos casos de atraso, a prorrogação do prazo de execução somente será realizada se a Administração Municipal concordar com a sua concessão de prorrogação do prazo de execução, sendo vedada a multa moratória nos casos em que houver a referida concessão, desde que respeitado o prazo concedido.
- 11.15.1. Somente será admitida a retenção de valores de parcela adimplida para pagamento de multa após o trânsito em julgado do processo administrativo, limitada ao valor da multa devida.
- 11.15.2. O pedido de prorrogação de prazo de execução apresentado depois do prazo de execução não purga a mora que já está constituída, assim como não afasta o dever de o contratado cumprir com as suas obrigações contratuais até a extinção do contrato.
- 11.16. Nos contratos por escopo fracionados em etapas com cronograma físico-financeiro, será aplicada multa moratória em todas as etapas que forem entregues em atraso, sejam elas utilizáveis ou não, respeitado o processo sancionatório.
- 11.16.1. Para fins do disposto no caput deste artigo, serão consideradas:

11.16.1.1. Etapa utilizável: a etapa do cronograma que, após concluída, já é passível de utilização pela Administração Municipal, independentemente da conclusão das etapas subsequentes do contrato; e

11.16.1.2. Etapa não utilizável: a etapa do cronograma que, mesmo quando concluída, não possibilita a sua utilização pela Administração Municipal, pois ainda depende da execução de etapas futuras para serem transformadas em etapas utilizáveis

11.16.2. Nos casos de etapas não utilizáveis que tiverem sido objeto de multa, a multa será devolvida ao contratado, caso nas etapas subsequentes, antes de concluir a etapa utilizável do contrato, o contratado recupere o atraso, alcançando o prazo inicialmente estabelecido pelo cronograma.

11.17. A desconconsideração da personalidade jurídica, para os fins deste contrato, poderá ser direta ou indireta.

11.17.1. A desconconsideração direta da personalidade jurídica implicará aplicação de sanção diretamente em relação aos sócios ou administradores de pessoas jurídicas contratadas.

11.17.2. A desconconsideração indireta da personalidade se dará, no processo de credenciamento ou da contratação direta, no caso de verificação de ocorrência impeditiva indireta.

11.18. O processo administrativo de desconconsideração da personalidade jurídica seguirá as regras dispostas no Decreto Municipal nº 32.398/2024.

11.19. Os critérios de dosimetria das sanções, a instauração e instrução do Processo Administrativo Sancionatório e a consensualidade em matéria sancionatória serão regulados de acordo com as disposições do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

11.20. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.21. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.22. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, ou quando aplicável o disposto no subitem 2.1.1 deste termo;

- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.
- 12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 12.5.3. Indenizações e multas.
- 12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).
- 12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no credenciamento que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

- 13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), e arts. 275 e seguintes do Decreto Municipal nº 32.398, de 2024.
- 14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

- 14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#), e arts. 290, 294-I, e 295- §4º do Decreto Municipal nº 32.398, de 2024 a depender da motivação da alteração contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

- 15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento: a) no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#); b) Seu extrato no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu – PR; c) no Portal da Transparência do Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, *link* do *site* oficial de Internet <http://www2.pmfi.pr.gov.br/giiq/portais/portaldatransparencia/Templates/wfrmPaginaLinkVisoes.aspx?IdLinkItem=18>, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO ([art. 92, §1º](#))

- 16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, por estarem, assim, justos e acordados, os partícipes firmam o presente termo, a fim de que produza seus efeitos legais.

Foz do Iguaçu - PR, *data de assinatura digital no sistema*.

Diretoria Administrativa e Financeira
CONTRATANTE

Superintendência
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1. -
2. -